Carta do IBRE
A expectativa é de juros internacionais baixos por um longo período

Ponto de Vista
Mercado de trabalho americano apresenta dúvidas complexas para o Fed

Entrevista
Angel Gurría
Secretário-geral da OCDE

CONJUNTURA ECONÔMICA

FGV IBRE Editada desde 1947 • www.conjunturaeconomica.com.br • Agosto 2014 • volume 68 • nº 08 • R$ 13,00

A NOVA VELHA AGENDA

Inserção nas cadeias globais de valor coloca Brasil frente a antigos problemas que inibem sua competitividade

ISSN 0010-5945

APRENDA NUM DIA E COLOQUE EM PRÁTICA NO OUTRO.

Para quem se atualiza no CADEMP – Cursos de Curta Duração da FGV –, o resultado é imediato. As aulas são voltadas para a prática e, em pouco tempo, transformam você em um profissional mais completo e preparado. Mais de 180 mil alunos, em 40 anos, estudaram aqui. Afinal, o mercado exige respostas rápidas.

CADEMP FGV

fgv.br/cademp-rio

Cursos de Curta Duração da FGV Contabilidade e Finanças | Logística | Marketing e Vendas | Operações | Recursos Humanos

CONJUNTURA ECONÔMICA

NESTA EDIÇÃO

FGV IBRE Instituto Brasileiro de Economia | Agosto de 2014

Carta do IBRE

6 A expectativa é de juros internacionais baixos por um longo período

Ganham importância as discussões sobre os primeiros movimentos no sentido da normalização da taxa de juros, bem como sobre a possibilidade de a taxa básica retornar para níveis próximos da média histórica. Assim, debatem-se o *timing* do ajuste, o impacto que a elevação da taxa dos Fed Funds possa ter sobre a estrutura a termo das taxas de juros e qual seria o novo nível "normal" dos juros americanos. Estaria este patamar muito distante do que prevalecia antes da crise global? O debate sobre esse tema diz respeito à relação entre o crescimento econômico potencial e os juros de equilíbrio. Quanto menor o ritmo do primeiro, menos elevado será o patamar dos segundos. A nova "normalidade" da economia americana pode corresponder a um quadro em que o ritmo de crescimento potencial seja inferior ao que prevalecia antes da crise global, situação que poderia se estender por anos ou mesmo décadas.

Ponto de Vista

10 Mercado de trabalho americano apresenta dúvidas complexas para o Fed

O Fed lida com incertezas profundas e complexas, e será necessário observar atentamente como ocorrerá a construção de consenso sobre a estratégia de política monetária nos próximos meses.

Entrevista

12 Acelerar o passo

O economista mexicano Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, convoca países em desenvolvimento a acelerar o passo rumo às reformas estruturais, e defende a importância de investir em políticas que impulsionem a produtividade e a competitividade. "Tais mudanças na política podem guiar o país para um crescimento mais equilibrado", afirma.

Especial | Comércio Exterior

20 A nova velha ordem

Um quadro cada vez mais nítido é pintado na dinâmica do comércio internacional: a crescente demanda por importação de insumos para a fabricação de produtos que serão reexportados. De acordo com os dados WIOD (World Input-Output Database, patrocinada pela União Europeia), em 2011 as exportações de bens intermediários representaram 66,8% do comércio mundial. Essa fragmentação geográfica de fornecedores em diferentes países cresceu nas últimas décadas facilitada pela evolução das telecomunicações, dos sistemas gerenciais, do transporte e da abertura comercial, estimulando um aprofundamento da integração produtiva, principalmente na América do Norte, na Europa e no Sudeste Asiático, líderes desse fluxo. No Brasil, esse novo fenômeno não provocou sua inserção internacional: o país se posiciona nos últimos lugares da integração nas cadeias globais de valor, com um percentual de conteúdo estrangeiro de apenas 9%.

FGV IBRE
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 3799-4747

Primeiro Presidente e Fundador
Luiz Simões Lopes

Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella.

Vogais: AArmando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto , Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto.

Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Antonio Alberto Gouveia Vieira, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S.A.), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Joaquim Levy, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior.

Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (Vale S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretoria: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Vice-Diretoria: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Clientes Institucionais: Rodrigo de Moura Teixeira

Superintendência de Produção de Bens Públicos: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Estudos Econômicos: Marcio Lago Couto

Superintendência de Planejamento e Organização: Vasco Medina Coeli

Controladoria: Regina Célia Reis de Oliveira

CONJUNTURA
ECONÔMICA

Fundador
Richard Lewinsohn

Editor-Chefe
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Editor-Executivo
Claudio Roberto Gomes Conceição

Editores
Bertholdo de Castro e Solange Monteiro

Repórteres
Kalinka Iaquinto e Thais Thimoteo

Editoria de arte: Ana Elisa Galvão e Marcelo Nascimento Utrine
Capa e projeto gráfico: Marcelo Nascimento Utrine
Ilustração da capa: Shutterstock
Revisão: Mariflor Rocha
Produção gráfica: Alexandre de Castro
Impressão: Edigráfica

Colaboram nesta edição: Fernando de Holanda Barbosa, Lia Valls Pereira, Maristela Santos do Nascimento (estatísticas) e Samuel Pessôa

Secretaria e apoio administrativo
Priscila Gomes de Souza
Rua Barão de Itambi, 60 – 2º andar
Botafogo – CEP 22231-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3799-6840 – Fax: (21) 3799-6855
conjunturaredacao@fgv.br

Conjuntura Econômica é uma revista mensal editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas, desde novembro de 1947. As opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, as da Fundação Getulio Vargas. A reprodução total ou parcial do conteúdo da revista somente será permitida com autorização expressa dos editores.

Assinaturas e renovações
conjunturaeconomica@fgv.br
Rio de Janeiro: (21) 3799-6844
Outros estados: 08000-25-7788 ligação gratuita

Circulação
Bernardo Nunes Chefer
Tel.: (21) 3799-6848 – Fax: (21) 3799-6855

Distribuição
FC Comercial e Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3879-7766

Publicidade
Nova Central de Negócios
(11) 3554-7399

Diretor de Negócios e Relações Institucionais
Fernando Monteiro
(11) 99153-2132
fernando@conjunturainstitucional.com.br

ANER
www.aner.org.br

IVC
INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

ISSN 0010-5945Conjuntura Econômica. – Vol. 1, n. 1 (nov. 1947)
-.- Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1947-v. il.; 28cm. Mensal.
Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn; Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres; Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital; Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber; Abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro; Maio 1994-set 1999, Lauro Vieira de Faria; Out. 1999-nov. 2003, Roberto Fendt; Dez. 2003-jun. 2004, Antonio Carlos Pôrto Gonçalves; Jul. 2004, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira.
ISSN 0010-5945
1. Economia — Periódicos. 2. Brasil — Condições Econômicas — Periódicos. I. Fundação Getulio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.
CDD 330.5

Nota do Editor

Nos últimos anos, está cada vez mais evidente o efeito da integração produtiva regional nas trocas comerciais entre países, formando cadeias globais de valor. Somente em 2011, por exemplo, a importação de insumos para a fabricação de produtos que, por sua vez, também serão exportados, representou mais de 60% do comércio global. Outro efeito importante dessa tendência é a crescente participação dos serviços no comércio mundial, que respondeu por cerca de 42% do valor adicionado nessas trocas no ano em questão. A consolidação de cadeias globais tem influenciado fortemente a pauta comercial e acentua o desafio brasileiro de melhorar a competitividade de sua indústria, bem como sua dinâmica em negociar acordos comerciais. Apesar de parecer uma nova agenda, para o Brasil implica enfrentar velhos problemas, como mostra a matéria de capa desta edição, na página 20.

Os efeitos daninhos do baixo nível de abertura comercial brasileira também são destacados por Angel Gurría, secretário-geral da OCDE. Em entrevista à *Conjuntura Econômica* (página 12), o mexicano criticou a alta proteção que alguns setores produtivos brasileiros ainda recebem, desestimulando a busca por ganhos de competitividade que os tornem capazes de enfrentar a concorrência estrangeira. Na conversa, Gurría também comentou os principais resultados do estudo Better Life Index, que este ano ganhou sua primeira versão em português – Índice por uma Vida Melhor –, com apoio da FGV Projetos.

No curto prazo, esse debate estará influenciado por diversos fatores. Entre eles, a situação da vizinha Argentina, que sem a negociação com os *holdouts* deverá enfrentar um cenário econômico ainda mais preocupante do que já previa antes do fracasso em Nova York. Para o Brasil, isso poderá significar queda nas exportações – somente o setor automobilístico registrou redução de 56,6% nas vendas ao país em julho –, tanto por redução na demanda quanto pelo aumento das restrições comerciais, como indica a reportagem da página 42. Qualquer expectativa de mudança também será influenciada pelo debate dos candidatos com a proximidade das eleições presidenciais. Como apontam especialistas na reportagem da página 46, será importante observar o desenho das coalizões que se consolidam no período de campanha. Não apenas para identificar a rede de apoio que cada candidato terá para vencer nas urnas, como também para o sucesso do presidente eleito em concretizar sua plataforma frente ao Congresso, a partir de 2015.

Claudio Conceição
claudio.conceicao@fgv.br

Sumário

Carta do IBRE
6 A expectativa é de juros internacionais baixos por um longo período

Ponto de Vista
10 Mercado de trabalho americano apresenta dúvidas complexas para o Fed – *Samuel Pessôa*

Entrevista
12 Angel Gurría, secretário-geral da OCDE
Solange Monteiro

Especial Comércio Exterior
20 A nova velha ordem – *Solange Monteiro*

30 Muito mais além da mão de ordem

32 As instituições Brics fazem diferença?
Lia Valls Pereira

Inflação
36 Dura na queda – *Thais Thimoteo*

Macroeconomia
40 O ajuste da economia brasileira em 2015
Fernando de Holanda Barbosa

Argentina
42 No limbo – *Solange Monteiro*

Seminário Política
46 Jogo tem que ser jogado – *Kalinka Iaquinto*

Índices
I Índices Econômicos
X Conjuntura Estatística

A expectativa é de juros internacionais baixos por um longo período

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

A crise global de 2008 e 2009 e a recessão subsequente levaram o Federal Reserve (Fed, banco central americano) a praticar uma política monetária ultraexpansionista, seja por meio do instrumento mais convencional, a taxa básica de juros (Fed Funds), reduzida a praticamente zero, seja por intermédio de maciças injeções de liquidez, associadas ao chamado afrouxamento quantitativo. Em consequência, num movimento reforçado por políticas semelhantes adotadas em outros países desenvolvidos (especialmente na Europa e anteriormente no Japão), o mundo ingressou numa fase de liquidez abundante e juros internacionais excepcionalmente baixos. Tal situação persiste nos dias de hoje.

No Japão, as expectativas de recuperação melhoraram recentemente, em função da adoção de novas medidas de estímulo introduzidas pelo atual governo. Na Europa, em particular na zona do euro, o início da retomada parece ainda muito distante. O mesmo não se pode dizer, porém, a respeito dos Estados Unidos. Há sinais importantes de que a economia norte-americana caminha em direção à normalidade.

Diante disso, ganham importância discussões acerca dos primeiros movimentos no sentido da normalização da taxa de juros, bem como sobre a possibilidade de a taxa básica retornar para níveis próximos da média histórica. Assim, debatem-se o *timing* do ajuste, o impacto que a elevação da taxa dos Fed Funds possa ter sobre a estrutura a termo das taxas de juros e qual seria o novo nível "normal" dos juros americanos. Estaria esse patamar muito distante do que prevalecia antes da crise global?

Um bom ponto de partida do debate sobre essa segunda pergunta diz respeito à relação entre o crescimento econômico potencial e os juros de equilíbrio. Quanto menor o ritmo do primeiro, menos elevado será o patamar dos segundos. Na opinião de amplo número de analistas e acadêmicos de peso, a nova "normalidade" da economia norte-americana (talvez mesmo do mundo desenvolvido de maneira mais geral) pode corresponder a um quadro em que o ritmo de crescimento potencial seja inferior ao que prevalecia antes da crise global, situação que poderia se estender por anos ou mesmo décadas.

Visão da academia

O renomado economista Lawrence Summers, que já exerceu posições de destaque no governo americano, levantou a hipótese da "estagnação secular", expressão que não tem de ser interpretada ao pé da letra. O argumento de Summers foi originariamente apresentado sob a forma de uma indagação: será que os Estados Unidos precisam enfrentar uma situação de bolha de ativos para conseguir um crescimento econômico aceitável? A pergunta nasceu da constatação de que, no período anterior à crise, os preços de ações e imóveis subiam vertiginosamente, ao mesmo tempo em que os empréstimos bancários se expandiam fortemente. Mesmo assim, a economia apresentou expansão apenas ligeira-

mente mais expressiva que o padrão normal e a inflação não escapou dos limites da normalidade. A preocupação central, portanto, tinha a ver com a possibilidade de uma deficiência crônica de demanda.

Mas Summers também toca no lado da oferta em seu diagnóstico da situação da economia americana, pois tem afirmado que a retração dos investimentos relaciona-se com questões como o crescimento populacional em ritmo mais brando e a produtividade que cresce apenas moderadamente. O consumo, por sua vez, seria afetado pelo problema de desigualdade na distribuição de renda e de riqueza e pelo aumento da participação do capital na renda nacional.

A previsão de uma duradoura queda do crescimento potencial americano aparece também em trabalhos do economista Robert Gordon. Neste caso, o foco está todo em questões relacionadas ao lado da oferta. Para o acadêmico, o crescimento do produto *per capita* cairá da média de 2% ao ano, observada no período 1891-2007, para 0,9% nas próximas décadas. As causas da prevista desaceleração têm a ver com demografia, educação e inovação tecnológica. Este último item é o mais polêmico, já que, nas contas de Gordon, aproximadamente metade do recuo da velocidade de expansão da renda *per capita* viria de suposta redução do ritmo das inovações.

Gestores do Fed

Mas a visão de uma economia americana mais lenta não se limita a acadêmicos de destaque, e pode ser encontrada também na cúpula do banco central dos Estados Unidos. William Dudley, por exemplo, que preside o New York Fed, argumenta que os chamados "ventos de proa" continuarão a conter a atividade econômica por um período relativamente prolongado. Ele se refere ao fato de que famílias e empresas, de modo geral, escaldadas pelos efeitos da crise e submetidas ao consequente processo de desalavancagem, passaram a adotar um comportamento mais cauteloso, com maior propensão à poupança e menor disposição para consumir e investir. Além disso, medidas tomadas no sentido de forçar a necessária capitalização do sistema bancário também contribuiriam para conter o ritmo da recuperação econômica.

> O debate gira em torno de qual seria o novo nível "normal" dos juros americano. Será muito abaixo do patamar que prevalecia antes da crise global de 2008 e 2009?

Talvez o aspecto mais relevante das palavras de Dudley, expressas há bem pouco tempo, tenha a ver com o fato de que, segundo ele, mesmo depois de desaparecidos os ventos de proa, pro-

vavelmente permanecerão pressões para baixo nos juros de equilíbrio de longo prazo. Isso decorreria de um menor ritmo de crescimento da força de trabalho e de ganhos de produtividade modestos no futuro, fatores que têm a ver com o lado da oferta.

Numa linha complementar, com perspectiva de cinco anos ou mais, Narayana Kocherlakota, presidente do Fed de Minneapolis, nota que o acesso ao crédito está mais difícil e que isso tende a produzir aumento da poupança das famílias. O economista enfatiza também que a chamada grande moderação — a ideia prevalecente antes da crise de que os ciclos econômicos haviam perdido intensidade, tendo-se tornado mais baixa a volatilidade do produto e das taxas de inflação — mostrara-se ilusória, com consequências importantes para o comportamento das famílias e dos empresários. A crise trouxe a dura constatação de que o risco macroeconômico não desapareceu. E que oscilações expressivas da atividade econômica e dos preços de ativos são eventos que ainda têm de ser enfrentados. Sendo assim, investimento e consumo devem ficar mais contidos. Finalmente, Kocherlakota chama a atenção para os efeitos sobre os agentes econômicos das incertezas fiscais, embora a escala do problema tenha diminuído.

O próprio Fed como instituição tem emitido sinais que dão respaldo à ideia de uma longa temporada de juros baixos à frente. Assim, o BC americano tem comunicado ao mercado que, quando tudo voltar ao normal — ou seja, quando os desvios tradicionais de produto e inflação desaparecerem —, somente uma variável, os juros, não retornará ao padrão de normalidade. Esse alerta consta dos comunicados pós-Fomc (comitê de política monetária) do Fed de março, abril e junho, e sugere juros reais de equilíbrio mais baixos que a média histórica.[1]

Números do mercado

Um exercício elucidativo é o de analisar a trajetória dos chamados juros reais *forward* de cinco anos — os juros médios do período de cinco anos que virão após os próximos cinco, ou seja, tomando como base o ano de 2014, os juros médios do período 2019-2024. Dos primeiros anos da década de 2000 até 2011, os juros reais oscilaram entre 2,0% e 3,0% ao ano — o padrão até então observado não se alterou durante a fase aguda da crise recente. A partir da primeira metade de 2011, porém, a taxa adquiriu nítida trajetória de declínio. Na época, em especial devido à crise na zona do euro, tornaram-se expressivos os sinais de que a crise teria sérias consequências por longo período de tempo. Uma visão bastante pessimista tomou conta dos mercados, e os juros reais *forward* caíram a zero.

> Os juros mais baixos nos Estados Unidos contribuiriam para não pressionar os juros reais aqui no Brasil e para evitar a depreciação expressiva do real

Esse quadro se modificou em maio de 2013, quando o Fed, por intermédio de seu antigo *chairman*, Ben Bernanke, sinalizou que possivelmente em breve seria iniciada a redução do ritmo de compra de ativos pelo banco central dos Estados Unidos. Diante disso, os participantes de mercado entenderam que, afinal, o mundo não havia se tornado tão diferente quanto se imaginava, e que, mais à frente, os juros básicos voltariam a subir, a caminho da normalidade. Com isso, os juros reais *forward* alcançaram quase 2,0% ao ano, permanecendo neste patamar até a virada de 2013 para 2014. A partir do começo deste ano, porém, a trajetória de queda foi retomada e, hoje o *forward* encontra-se na faixa ligeiramente abaixo de 1,0%. E a explicação mais razoável para esse movimento tem a ver justamente com o tema central desta Carta, ou seja, é bem possível que o crescimento potencial da economia americana tenha diminuído, acarretando queda dos juros reais de equilíbrio.

Desde o princípio de 2012, o Fomc divulga as estimativas de seus membros, votantes e não votantes, acerca do comportamento de algumas variáveis macroeconômicas a curto prazo. Além disso, os integrantes do Fomc manifestam-se, sem se identificarem, sobre o que imaginam ser o nível da

taxa básica nominal de juros a longo prazo. Curiosamente, observa-se que a mediana e a média dessas projeções têm caído desde o início da referida apuração. De janeiro de 2012 a junho de 2014, a mediana caiu de 4,25% para 3,75%, e a média cedeu de 4,21% para 3,78%.

Independentemente de estarem ou não certos, os defensores da possibilidade de queda duradoura do crescimento potencial dos Estados Unidos, sejam eles banqueiros centrais ou não, o fato concreto é que, desde o início deste ano, os participantes de mercado passaram a apostar na veracidade dessa hipótese, derrubando os juros *forward*. Entre consultorias e grandes gestores internacionais de recursos há inclusive quem aposte em queda para zero dos juros reais americanos, num comportamento que parece extremado.

No resto do mundo

Num mundo financeiramente integrado como o atual, pode-se imaginar que os juros básicos de equilíbrio nos Estados Unidos, onde se negocia a maior parte dos ativos financeiros seguros, sejam determinados pela interação da poupança e do investimento globais. Isso significa que os juros dos EUA não dependem apenas do que ocorre na economia americana, mas também em outros lugares. Justamente por isso, antes da crise, ganhou larga aceitação a tese do *saving glut*, segundo a qual o aumento da poupança dos asiáticos (da China, principalmente) teria contribuído para a queda dos juros no mercado americano. Sendo assim, caberia então indagar: por que motivo o fenômeno não se repetiria, em sentido contrário? Os que argumentam dessa maneira têm em mente a concreta possibilidade de a poupança chinesa cair nos próximos anos ou décadas, por vários motivos.

Por certo, trata-se de uma boa hipótese. À medida que a poupança chinesa de fato se contraia, esse fator poderia realmente neutralizar (pelo menos até certo ponto) as forças já identificadas que aparentemente empurram para baixo os juros de equilíbrio observados no mercado americano.

De qualquer modo, o quadro de hoje não é esse. Os participantes de mercado parecem dar mais importância aos argumentos aqui apresentados de início. Evidentemente, a situação pode sofrer alteração importante mais adiante, dado que em essência está se falando de um preço de mercado, formado com base em expectativas e informações disponíveis.

Por fim, a possível persistência do atual quadro tem implicações para o Brasil que parecem imediatas. Juros mais baixos nos Estados Unidos tendem a não provocar tendência altista do dólar americano e a manter acesa a chama do movimento de busca por retorno (*search for yield*). Isso contribuiria para não pressionar os juros reais no Brasil e para evitar depreciação expressiva do real. Se a economia brasileira passar por ajustes macroeconômicos relevantes no próximo ano, pode-se dizer que o cenário aqui discutido atuaria no sentido de facilitar a correção.

[1] É uma referência à possibilidade de os juros nominais de equilíbrio não voltarem ao patamar de 4,0% ao ano, como anteriormente, reflexo de uma queda do componente real da taxa de juros.

Mercado de trabalho americano apresenta dúvidas complexas para o Fed

Samuel Pessôa

A economia americana vive uma situação de certa forma parecida com a brasileira: a evolução do mercado de trabalho mostra um quadro razoavelmente animador, mas a atividade está surpreendentemente fraca. Este padrão foi particularmente verdadeiro no primeiro semestre de 2013, quando o PIB caiu 2,9% no primeiro trimestre e provavelmente não cresceu muito acima de 3% no segundo. Porém, apesar do crescimento próximo a zero na primeira metade de 2013, houve criação média mensal de 231 mil postos de trabalho. Não chega a ser nenhuma maravilha, mas foi suficiente para reduzir a taxa de desemprego em 0,6 ponto percentual, para o nível atual de 6,1%.

A projeção central dos membros do FOMC (comitê de política monetária do Fed, BC americano) da taxa natural de desemprego situa-se entre 5,2% e 5,5%. Assim, um ritmo mensal de criação de postos de trabalho de 200 mil levaria a economia americana em um ano para aquele nível de normalidade.

Mas esses números escondem dificuldades sérias de leitura dos dados de emprego e desemprego nos Estados Unidos, que complicam determinar se há ou não hiato no mercado de trabalho. Essa dúvida, por outro lado, compõe parte da questão mais ampla sobre se há ou não hiato na economia americana, considerados todos os fatores.

É possível dividir os americanos em idade de trabalhar (PIA) que não estão empregados em tempo integral em quatro categorias. A primeira é a dos desempregados há pouco tempo (menos de seis meses), que somam 4,1% da população economicamente ativa (PEA), isto é, que trabalha ou busca emprego. O mínimo histórico do desemprego de curta duração, registrado em 1976, é de 3,4%, claramente abaixo do nível atual.

O segundo grupo é dos trabalhadores desempregados há seis meses ou mais, que correspondem a 2% da PEA. Esse desemprego de longa duração mostrava-se muito resistente à queda, mas nos últimos seis meses reduziu-se em 0,5 ponto percentual (p.p.). Se esse ritmo de queda se mantiver, este grupo será de apenas 1% da PEA em junho de 2015, valor muito próximo da média de 1976 a 2006. Note-se que, se somarmos os 4,1 p.p. dos desempregados de curta duração com os 2 p.p. dos desempregados de longa duração, obtemos os 6,1% da PEA de desemprego.

A terceira categoria é composta pelos trabalhadores em tempo parcial, que hoje são 18% da PEA, comparado a uma proporção "normal" de 16,5%. Assim, uma hipótese possível é de que 1,5% da PEA deveria estar em empregos de tempo integral, mas só conseguiu postos de tempo parcial. Ainda não se iniciou o processo de redução desse grupo como proporção da PEA.

O quarto agrupamento, finalmente, surge quando se analisa a brutal queda pós-crise global da taxa de atividade (razão entre a PEA e a PIA), também conhecida como *participation rate*. O recuo, de impressionantes 3,2 pontos percentuais, foi de 66% para 62,8%.

É possível pensar em termos de uma "PEA corrigida", que inclua os que se retiraram do mercado de trabalho pós-crise, na suposição de que estejam

desalentados, mas que potencialmente possam voltar se as circunstâncias permitirem. Num raciocínio paralelo, é possível pensar numa "população desempregada corrigida", somando-se aos desempregados típicos (que buscam emprego) os desalentados — ou seja, neste segundo caso, a população que corresponde à queda da taxa de atividade pós-crise.

Se o exercício acima for feito, chega-se a um "desemprego oculto", isto é, aquele que inclui os desalentados tanto no numerador quanto no denominador, de 4,8% da PEA (corrigida, naturalmente). Somando-se o desemprego explícito e o oculto, sempre em relação à PEA corrigida, compõe-se um total bem mais preocupante, de 10,7%. O desemprego explícito em relação à PEA corrigida é de 5,8% — ele cai um pouco em relação à medida tradicional de desemprego, de 6,1%, porque o denominador agora, a PEA corrigida, é também um pouco maior.

Essa é uma visão em que a PEA e o desemprego surgem com números bem maiores. Se for acrescentada no raciocínio a ideia de que se pode aumentar o emprego transformando parte dos trabalhadores em tempo parcial em ocupantes de postos de tempo integral, chega-se a taxas de desemprego "corrigidas" próximas a 12%!

Se forem considerados os valores do desemprego "corrigido", o hiato do mercado de trabalho torna-se mais compatível com o hiato percebido na atividade econômica em geral nos Estados Unidos, supondo que não tenha havido alterações significativas no produto potencial. Outra hipótese implícita nessa interpretação é a de que todo o desemprego "oculto" (ligado ao desalento) seja considerado efetivamente como desemprego potencial. Em outras palavras, mudadas as circunstâncias da economia, todas essas pessoas podem buscar emprego.

É possível imaginar, por outro lado, que a crise danificou a atividade econômica de forma permanente, com queda da eficiência e um novo nível da trajetória de produto potencial abaixo do anterior. Pode ser até que a taxa de crescimento do produto potencial tenha se reduzido, por questões demográficas ou de esgotamento de produtividade. Neste caso, o hiato no mercado de produto seria menor.

A crise danificou a atividade econômica de forma permanente, com queda da eficiência e um novo nível da trajetória de produto potencial abaixo do anterior

Esta última possibilidade é a de que os desalentados não retornarão ao mercado de trabalho, pois de alguma forma tiveram perda permanente de capacitação, e não teriam como se realocar. Esta é uma hipótese que reduz o hiato do mercado de trabalho de volta na direção da medida normal de desemprego, na contramão do raciocínio sobre o desemprego "corrigido".

Como se vê, não há nada simples na leitura do mercado de trabalho americano: o desemprego é de 6% ou de 12%? O ponto crucial para resolver essa charada é justamente o desalento, e a grande dificuldade é a falta de conhecimento sobre o funcionamento do mercado de trabalho em recessões profundas e prolongadas como a atual nos Estados Unidos. Além do problema da falta de outras experiências bem documentadas, há o fato de que nas típicas crises do pós-guerra não houve oscilações da taxa de atividade.

Ainda assim, há evidência de que pelo menos parte da redução atual da taxa de atividade deve ser cíclica. Os estados americanos em que o desemprego mais aumentou são justamente aqueles em que a taxa de atividade mais caiu. Pelo lado contrário, quando se analisam os motivos alegados pelos americanos para se retirar da força de trabalho, incluindo antecipação de aposentadoria ou aposentadoria por invalidez, a indicação é de que 80% dos consultados não retornarão.

Em suma, há argumentos para todos os gostos, o que transforma essa questão num dilema particularmente agudo e difícil para o FOMC. Um problema adicional é que olhar o que diz a inflação não ajuda muito. Os membros mais *dovish* (preocupados com a atividade) do comitê acham que, para reverter o desânimo e estimular o setor privado a buscar trabalhadores desalentados (que ficam estigmatizados), seria necessária uma leve inflação de salários — ou seja, uma leve escassez de trabalho. O Fed, portanto, lida com dúvidas profundas e complexas, e será preciso observar atentamente como será a construção de consenso sobre a estratégia de política monetária nos próximos meses.

Samuel Pessôa, pesquisador associado da FGV/IBRE

Foto: OCDE/Herve Cortinat

Acelerar o passo

Angel Gurría
Secretário-geral da OCDE

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Desde que o mexicano Angel Gurría assumiu a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2006, a instituição tem ampliado o alcance do seu radar na hora de avaliar políticas econômicas. Além de fortalecer sua relação com economias emergentes, lançou em 2011 o Índice para uma Vida Melhor, que demonstra como a população dos 34 países membros da instituição, além de Brasil e Rússia, percebe sua qualidade de vida. Em junho, saiu no país a primeira versão desse material em português, com apoio da FGV Projetos. "A partir dessa análise, fica claro que o Brasil registrou avanços significativos na última década quanto à qualidade de vida de seus habitantes", diz Gurría. Em entrevista concedida pela internet, o economista convoca países com problemas de crescmento a acelerar o passo rumo às reformas estruturais, e defende a importância de investir em políticas que impulsionem a produtividade e a competitividade. "Tais mudanças na política podem guiar o país para um crescimento mais equilibrado", afirma.

***Conjuntura Econômica* — Quais as principais conclusões sobre o Brasil em relação aos demais países que participam do Índice para uma Vida Melhor?**

O Índice para uma Vida Melhor é parte da Better Life Initiative, lançada em 2011 pela OCDE, que foca aspectos da vida que importam às pessoas e influenciam seu bem-estar. Essa iniciativa é formada por um grupo de indicadores de qualidade de vida regularmente atualizados e que resultam em uma análise, publicada no informe How's Life?, bem como em um aplicativo interativo para web, chamado Better Life Index. Por meio dessa iniciativa, cidadãos podem comparar a qualidade de vida em 36 países, com base em 11 tópicos que

a OCDE identificou como essenciais tanto em condições materiais quanto em qualidade de vida.

A partir dessa análise, fica claro que o Brasil registrou avanços significativos na última década quanto à qualidade de vida de seus habitantes. Em geral, os brasileiros estão mais satisfeitos com sua vida do que se observa na média dos países membros da OCDE: 80% afirmam sentir-se mais satisfeitos pessoalmente do que na média da OCDE, que é de 76%. Em relação a emprego, mais de 67% das pessoas entre 15 e 64 anos têm uma atividade remunerada no Brasil, percentual ligeiramente maior do que a média registrada nos países da OCDE (65%).

O Índice para uma Vida Melhor também aponta o Brasil com desafios significativos a vencer, particularmente na esfera social. No país, 43% dos adultos entre 25 e 64 anos têm apenas o ensino médio, aquém da média OCDE (75%). Entre os jovens de 25 a 34 anos, esses percentuais são, respectivamente, 57% e 82%, indicando, entretanto, um progresso significativo no país. Ainda que a qualidade do ensino continue sendo desafiadora, o Brasil está entre os dez países com maior avanço de performance relativa no Programa Internacional da Avaliação de Estudantes (Pisa) da OCDE.

Em resumo, o país está posicionado acima da média em dimensões de bem-estar subjetivo, como vida profissional, conexões sociais, mas abaixo da média nas dimensões de engajamento cívico, moradia, emprego e renda, qualidade ambiental, estado de saúde informado, segurança pessoal, educação e habilidades, bem como renda e riqueza.

Estudos do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) indicam que a maioria dos desafios que o país enfrenta para equilibrar sua macroeconomia concentra-se no âmbito doméstico. A OCDE compartilha essa análise? Em sua opinião, quais as frentes mais importantes para o país atacar?

Concordamos que atualmente a maioria dos desafios para o Brasil é de ordem doméstica, principalmente com a expectativa de recuperação lenta da economia global. A exposição brasileira ao comércio internacional é claramente baixa. As exportações representam somente 13% do PIB, e a demanda doméstica se mantém como principal pilar do crescimento. Adotando políticas adequadas, entretanto, as exportações poderiam colaborar muito mais para o crescimento brasileiro.

> O Brasil registrou avanços significativos na última década quanto à qualidade de vida de seus habitantes

Para capitalizar essa oportunidade, o Brasil precisa melhorar sua competitividade. Pelo lado da oferta, há restrições que incluem gargalos na infraestrutura e uma alta carga impositiva, agravada por um sistema tributário oneroso e fragmentado, que tem impedido o crescimento. Um mercado de trabalho aquecido, com trabalhadores com deficiências de competências, tem resultado em forte aumento dos salários. E, mesmo com o aumento do crédito em níveis substanciais, o financiamento de longo prazo para investimentos continua insuficiente. O desenvolvimento do mercado de crédito de longo prazo é bloqueado por uma baixa participação privada, devido à desigualdade de condições causadas pelo forte suporte financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que domina os empréstimos de longo prazo. Além disso, esforços pela competitividade precisam ser intensificados com a redução de barreiras comerciais, pois produtores domésticos ainda são protegidos da concorrência externa.

Manter o processo de redução da pobreza e da desigualdade de renda é crucial. Programas de transferência condicional de renda têm se demonstrado ferramentas efetivas para solucionar a pobreza e a desigualdade, e impulsionam incentivos ao investimento em capital humano. Entretanto, os gastos sociais têm sido fortemente direcionados ao sistema previdenciário. Quanto à educação, o aumento do acesso à escola tem permitido que mais brasileiros busquem trabalhos que oferecem melhor remuneração. Entretanto, a qualidade da educação não tem acompanhado a impressionante expansão do sistema. Há

muitas deficiências na infraestrutura física das escolas, um grande número de estudantes que abandonam o ensino médio, e a oferta de ensino técnico ainda é pequena, embora esteja em expansão.

O senhor acha que o próximo governo deverá mudar o atual modelo econômico que prioriza o consumo doméstico?

Sem dúvida, o Brasil precisa de mais investimento. A recente queda do PIB evidenciou algumas fraquezas estruturais do lado da oferta que eram menos visíveis durante o *boom* das *commodities*. Os sintomas dessa debilidade incluem um setor manufatureiro frágil e um baixo nível de investimento e poupança em relação ao PIB. Um maior equilíbrio da demanda do consumo e do investimento poderá aumentar o potencial de crescimento produtivo, fortalecendo a economia e trazendo efeitos benéficos à produtividade.

Como o país poderia alcançar esse objetivo?

Fortalecer a demanda por investimento requer focar-se em um número de restrições estruturais da economia, que incluem deficiências de infraestrutura, altos custos trabalhistas e baixo nível de capacitação dos trabalhadores; um alto nível de impostos e um sistema tributário oneroso, encargos administrativos excessivos, pequeno mercado de crédito e barreiras ao comércio internacional.

Qual sua avaliação sobre as políticas sociais brasileiras, como o Bolsa Família para redução da pobreza, e o impacto da política de salário mínimo na redução da desigualdade da renda do trabalho e na melhora da renda de aposentados e pensionistas que ganham o piso previdenciário? Considera possível a manutenção dessas políticas em um cenário fiscal menos favorável que o da última década?

O Brasil registrou um notório progresso social. Mesmo com a desigualdade de renda permanecendo alta para o padrão internacional, tanto a desigualdade quanto a pobreza caíram substancialmente nas últimas duas décadas. O forte crescimento econômico registrado pode explicar cerca de metade desse progresso, mas ao lado do crescimento as políticas sociais ajudaram muitas famílias a escaparem da pobreza. Os dois pilares que garantem o sucesso da estratégia para garantir o progresso social têm sido o aumento do acesso à educação e das transferências.

> O Índice para uma Vida Melhor aponta o Brasil com desafios significativos a vencer, particularmente na esfera social

As transferências condicionadas do Bolsa Família provaram ser uma poderosa e bem focada ferramenta para reduzir a pobreza com quase nenhum desvio. As transferências condicionadas à frequência escolar das crianças, bem como ao acompanhamento básico de saúde, são o alicerce para as famílias saírem da pobreza. As autoridades agora podem considerar uma melhora na condição de vida dos pobres aumentado os níveis de benefícios do Bolsa Família — que hoje somam menos de 1% do PIB.

Já o salário mínimo federal, cujo valor real praticamente dobrou na última década, reduziu a desigualdade da renda do trabalho, mas também elevou seus custos, afetando a competitividade global do Brasil. No Brasil, o salário mínimo representa 69% do salário médio, sendo mais alto do que em qualquer país da OCDE ou dos Brics, com exceção da Turquia. A atual regra, que expira em 2015, pode ser substituída por outra que indexe o reajuste anual do salário mínimo pelo índice de preços para as famílias de baixa renda, mais uma parcela dos ganhos de produtividade por algum tempo. Como regra, deve proteger o poder de compra do salário mínimo, desacelerando sem imperfeições seu aumento real no futuro.

A indexação ao piso previdenciário também reduziu a desigualdade e a pobreza, mas a regra de que a aposentadoria individual não pode ser menor que o salário mínimo que se valorizou rapidamente contribuiu para que o sistema previdenciário se tornasse crescentemente caro. Manter esse ritmo de aumento do benefício previ-

denciário mínimo não reduzirá a pobreza, visto que esse valor já se encontra acima do que define a linha da pobreza. Ao contrário, desacelerar esse aumento no futuro, enquanto se assegura que o poder de compra da aposentadoria continue a subir, permitiria melhorar o financiamento do Bolsa Família e beneficiar crianças e jovens que ainda vivem acima da média geral de pobreza. Isso, por sua vez, irá significar um aumento dos níveis de benefícios e da renda mínima, e contribuirá para reduzir a desigualdade e a pobreza. Também foi estimado que o efeito de um aumento nos benefícios do Bolsa Família é muito maior do que o do aumento da aposentadoria.

Alguns analistas do modelo de crescimento com base no consumo doméstico apontam que, se por um lado este deu origem a uma nova classe média, por outro gerou um crescimento de baixa qualidade, dependente de serviços de pouca produtividade, que passaram a representar importante parcela do PIB. A OCDE concorda com essa análise? Qual seria a fórmula ideal?

Os custos reais do trabalho para o setor industrial têm aumentado constantemente nos últimos anos, ultrapassando a produtividade do trabalho por uma margem considerável, assim como o crescimento da produtividade caiu parcialmente devido a fatores cíclicos. Tal tendência foi acompanhada de uma perda de competitividade externa, que só pode ser parcialmente explicada pela taxa de câmbio nominal. Isso foi particularmente grave no setor industrial, mais exposto à concorrência externa do que o de serviços. Além disso, o escopo para ganhos de produtividade em serviços é muito mais limitado que em outros setores. Parte dessa evolução está relacionada a políticas que garantam o crescimento da produtividade e competitividade de setores industriais. Tais mudanças na política podem guiar o país para um crescimento mais equilibrado, incluindo melhor desempenho do setor industrial.

> As transferências, condicionadas à frequência escolar das crianças e o acompanhamento básico de saúde, são alicerce para as famílias saírem da pobreza

Um dos fatores identificados como de risco para o sucesso da economia brasileira é a perda de transparência, que afeta o ambiente de negócios. Como a OCDE avalia práticas como o uso da contabilidade criativa, bem como a concessão pública de áreas do pré-sal para a Petrobras sem licitação?

Deixe-me começar pela confiança. Confiar na administração pública é mais necessário do que nunca. Fortalecer a integridade, a transparência e prevenir a corrupção devem ser prioridade de qualquer administração pública. O Brasil não é exceção. Recentemente, a OCDE publicou o Integrity Policy Review, reconhecendo que o Brasil progrediu em respeito à transparência dos gastos públicos. Isso é demonstrado pelo uso de novas tecnologias que fornecem acesso gratuito e em tempo real à informação, como o Portal da Transparência do governo federal, bem como sites análogos de outras administrações públicas.

A OCDE também possui um grupo de princípios para a integridade em compras governamentais (Principles for Integrity in Public Procurement). Essa é uma área reconhecida como estratégica para a entrega de serviço público. Sua proeminência como instrumento de política está relacionada ao montante envolvido: as compras governamentais representam entre 4% e 14% do PIB dos membros da OCDE. No Brasil, estimativas conservadoras sugerem que esse percentual é de aproximadamente 8,7% do PIB. Melhorar a integridade das compras governamentais não implica apenas o aumento da transparência e limitar a discricionariedade administrativa no processo de tomada de decisão, mas também reconhecer os riscos inerentes através do ciclo completo, desenvolvendo respostas apropriadas a estes e o monitoramento do impacto das ações escolhidas para mitigar tais riscos.

Quanto a seus mecanismos contábeis, o marco fiscal brasileiro trouxe um declínio gradual no nível de endividamento em relação

ao PIB pela geração de superávits primários, cuja atual meta nominal é de 3,1% do PIB. Esse marco tem trazido bons resultados. Entretanto, nos últimos anos houve momentos em que o nível de gastos não pôde ser conciliado com a meta de superávit sem a adoção de medidas contábeis não tradicionais, como operações envolvendo bancos públicos e a transferência de certos gastos para garantir superávit. Essas medidas conduziram a uma situação que dificultou a análise da situação da política fiscal, sugerindo que a atual postura fiscal poderia ser mais expansionista quando observado o superávit primário isolado. A transparência fiscal tem que tratar dessas operações, que envolvem mudanças em definições e isenções especiais.

O Brasil pode ter uma necessidade legítima de mais flexibilidade para conduzir sua política fiscal, obtida por meio da redefinição das regras, passando a considerar fatores cíclicos. Há várias formas de fazê-lo. Uma relativamente simples é substituir a atual meta fiscal por uma regra de gastos. Sob essa regra, a expansão do gasto público só seria permitida em torno de um intervalo predeterminado. Operando estabilizadores automáticos do lado da receita, pode-se permitir que a regra de gastos funcione integralmente. Essa é uma escolha atraente por ser relativamente simples de explicar para uma ampla audiência, sendo fácil de monitorar. Ao mesmo tempo, regras de gastos são ferramentas úteis para colaborar com a consolidação fiscal, além de serem compatíveis com a ideia de que o ajuste fiscal é a melhor coisa a ser feita no lado dos gastos.

Como avalia a inserção da América Latina nas cadeias globais de valor e o papel do Brasil nesse processo?

A exposição da economia brasileira ao comércio internacional ainda é claramente baixa. Importações e exportações juntas representam somente cerca de um quarto do PIB, nível significativamente abaixo do registrado em países de tamanho semelhante, mesmo considerando que essa comparação não leva em conta diferenças geográficas, entre outras. O Brasil é claramente menos integrado nas cadeias globais de valor do que outras economias, tendo um baixo conteúdo de importações em suas exportações (9%) e também uma baixa participação de bens intermediários (14%).

> Não obstante o progresso na liberalização do comércio, os produtores brasileiros são mais protegidos da concorrência estrangeira que os de outros países

Essa baixa integração é algo emblemático para a América Latina, embora haja importantes diferenças de grau e tipo de engajamento dos países latino-americanos nas cadeias globais de valor. Uma exceção é o México, que registra um robusto nível de conteúdo importado em suas exportações, que saltou de 26%, em 1995, para 30%, em 2009. Ao mesmo tempo, no Chile, que não tem um grande país desenvolvido como vizinho como o México, 18% do valor das exportações de minério vem das importações, o dobro do percentual brasileiro. Em um mundo dominado pelas cadeias globais de valor, o baixo nível de conteúdo nas exportações pode ferir a competitividade de algumas indústrias.

Não obstante seu progresso na liberalização do comércio, os produtores brasileiros ainda são mais protegidos da concorrência estrangeira que os de outros países. Altas tarifas reduzem as pressões competitivas que podem estimular empresas a alcançar as melhores práticas globais, e afetam setores que usam esses produtos como insumos intermediários ou bens de capital. Por sua vez, países latino-americanos como Chile, Colômbia, México e Peru têm promovido ativamente a integração com grandes mercados como Japão, China e Estados Unidos via acordos bilaterais. O Brasil precisa dar preferência a políticas horizontais focadas em melhorar a competitividade de custo dos produtores, muito mais do que medidas protecionistas, mesmo que temporárias, que prejudicam sua competitividade.

Outra oportunidade a ser explorada pelo Brasil é ampliar o comércio de serviços — representam apenas 14% das exportações brutas do país. Entretanto, são mais do que um terço em termos

de valor agregado, indicando que a exportação brasileira de bens depende consideravelmente da absorção de serviços. A exportação de serviços brasileira equivale a US$ 39,1 bilhões, e a importação somou US$ 86,6 bilhões, em 2013. Juntamente ao México, Argentina e Chile, o Brasil é uma locação emergente para serviços de *offshoring* na América Latina. Segundo o último AT Kearney Global Services Location Index, o Brasil se encontra na 12ª posição entre os mais competitivos lugares para *offshoring*. Entretanto, essa indústria demanda um marco regulatório adequado que garanta um ambiente de negócios favorável. The Service Trade Restrictiveness Index (STRI) da OCDE indica que o Brasil apresenta alto nível de restrições ao comércio de serviços, com exceção dos de contabilidade, fato explicado tanto por regras que afetam todos os setores quanto regras setoriais específicas. Os setores com STRI mais acima da média são transportes aéreos, serviços de entrega e radiodifusão.

Hoje, um dos principais desafios das economias desenvolvidas é a retomada do crescimento com geração de empregos. Quais medidas a OCDE considera cruciais para que isso aconteça?

Entre os países da OCDE, o legado da crise ainda precisa ser administrado. A crise deixou marcas no mercado de trabalho, um nível notavelmente alto de desemprego e baixa participação dos grupos mais vulneráveis. A perspectiva de crescimento é mais baixa que no período pré-crise. Além disso, uma das lições da crise é a necessidade de tornar as economias e sociedades dos países da OCDE mais robustas, mais resistentes a choque e mais inclusivas, com ganhos de bem-estar advindos de um crescimento mais forte e mais bem distribuído entre a população.

Dados os persistentes riscos de recessão, alto desemprego, inflação abaixo das metas e altos níveis de endividamento dos governos, as políticas monetárias devem permanecer acomodativas em muitas das regiões da OCDE. Os altos níveis de endividamento público na maior parte das economias avançadas indicam que há pouco espaço para uma acomodação fiscal. Contudo, acompanhando um significativo progresso em estabilizar suas finanças públicas, a maioria dos países da OCDE pode, de qualquer forma, arcar com a planejada desaceleração.

A crise deixou marcas no mercado de trabalho, um nível notavelmente alto de desemprego e baixa participação dos grupos mais vulneráveis

Na maior parte dos países, reduzir a dívida pública a níveis mais prudentes, administrar o futuro do sistema previdenciário e as pressões com as despesas de saúde será um desafio que demandará reformas fiscais para garantir a sustentabilidade das finanças públicas sem comprometer a qualidade dos serviços públicos. Agora é a hora de acelerar o passo rumo às reformas estruturais. Tais reformas, que sempre encontram resistência, podem oferecer uma relação ganha-ganha aumentando o potencial e permitindo que os mais pobres consigam melhorar seu padrão de vida. Essas políticas são críticas para o sucesso do Abenomics (política econômica do primeiro ministro Shinzo Abe) no Japão, bem como para o reequilíbrio da área do euro e para impulsionar a convergência a melhores salários pelas economias emergentes.

Embora importantes esforços por reformas tenham sido registrados nos países em crise, ainda resta muito por fazer para impulsionar a produtividade e a criação de empregos por meio de políticas que removam barreiras à concorrência doméstica e internacional, bem como nas economias emergentes e nas desenvolvidas. Isso impulsionará a inovação, ajudará a tirar maior proveito das cadeias globais de valor, aumentar investimentos no curto prazo, bem como poder de recuperação. Medidas para lidar com o desemprego de longo prazo e garantir que este não avance é também de alta prioridade, e demandará uma criação de emprego mais robusta e o redesenho de políticas trabalhistas.

Boletim Macro do IBRE. Tudo para você estar bem informado sobre a economia.

portalibre.fgv.br – facebook.com/ibrefgv – twitter.com/fgvibre – youtube.com/fgvtv

Available on the App Store

agência3

Estatísticas, projeções, análises
e toda a visão estratégica do IBRE
sobre o cenário macroeconômico brasileiro.
Uma verdadeira radiografia mensal
com indicadores que retratam
a economia do país. Disponível para
você se informar, do jeito que preferir,
inclusive por vídeo. Todo mês,
de graça, onde você estiver.

FGV IBRE

IBREFGV FGVIBRE FGVTV PORTALIBRE.FGV.BR

A NOVA VELHA AGENDA

Inserção nas cadeias globais de valor coloca Brasil frente a antigos problemas que inibem sua competitividade

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

A Globo Usinagem é uma empresa paulista que nasceu em 1985 da sociedade de três metalúrgicos, em um espaço de 20 metros quadrados, em Santo André. Depois de dois anos de atividade, investimentos em tecnologia e capacitação, os sócios bateram à porta da Embraer para oferecer seus serviços. Trabalharam com a estatal por oito anos, até que esta entrou em crise, na primeira metade da década de 1990, quando a parceria foi interrompida. "Depois de quatro anos voltamos e tivemos de fazer investimentos pesados para acompanhar todos os processos e certificações adotados pela Embraer depois da privatização, como *lean*, *kaizen*, e ISO 15.100", conta Mauro Ferreira, diretor administrativo financeiro e um dos fundadores da empresa, que hoje possui duas fábricas em São Paulo (Jambeiro e Botucatu) e 400 funcionários. Graças à experiência como fornecedora da Embraer, que figura entre as quatro principais da indústria aeronáutica mundial, há três anos a empresa passou a exportar para outras duas companhias do setor, uma belga e outra norte-americana. Fornece 300 tipos de peças, fabricadas com matéria-prima 100% importada, cujas vendas respondem por 7% do faturamento total da empresa.

> A dinâmica do comércio internacional registra a crescente demanda por importação de insumos para a fabricação de produtos que, por sua vez, serão reexportados

A história da Globo são pinceladas de um quadro cada vez mais nítido na dinâmica do comércio internacional: a crescente demanda por importação de insumos para a fabricação de produtos que, por sua vez, serão reexportados. De acordo com a base de dados WIOD (World Input-Output Database, patrocinada pela União Europeia), em 2011 as exportações de bens intermediários representaram 66,8% do comércio global. Essa fragmentação geográ-

fica de fornecedores em diferentes países cresceu nas últimas décadas facilitada pela evolução, entre outros, das telecomunicações, dos sistemas gerenciais, do transporte e da abertura comercial, estimulando um aprofundamento da integração produtiva, principalmente na América do Norte, na Europa e no Sudeste Asiático, líderes desse fluxo. "Para alguns países não industrializados, essa tendência até ajudou a iniciar um processo de industrialização", comenta Otaviano Canuto, economista do Banco Mundial. "No passado, isso só era possível garantindo uma escala enorme no conjunto do parque inicial. Atualmente, por exemplo, assistimos à inserção crescente da África Subsaariana de forma mais fácil, bem como seus desdobramentos em países como Vietnã e Camboja — ainda que a ascensão destes para contestar a produção das multinacionais que lideram tal processo seja uma tarefa mais difícil", pondera.

Para avaliar as implicações dessa tendência, organizações e especialistas passaram a usar uma nova forma de análise dos fluxos comerciais, que não considera o valor bruto das exportações, mas o adicionado por cada país em um bem final. Dessa maneira, por exemplo, pode-se observar que o gigantismo de saltos comerciais como o da China não representa, necessariamente, a mesma resposta em ganho de valor adicionado: o saldo comercial entre China e Estados Unidos, por exemplo, é 40% menor quando mensurado dessa forma. Ou perceber o aumento considerável da participação dos serviços que apoiam esse intercâmbio — como *design*, seguros, sistemas de gerenciamento, logística e intermediação financeira. "Em valor adicionado, os serviços representaram algo em torno de 42% do comércio mundial em 2011, contra 20% do valor bruto das exportações no mesmo ano", compara Leane Naidin, economista especialista em comércio exterior do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

No caso do Brasil, esse novo ângulo não significou uma mudança na costumeira foto de sua inserção internacional: o país se posiciona nos últimos lugares da integração nas cadeias globais de valor, com um percentual de conteúdo estrangeiro de apenas 9%. Segundo a base de

Pouco integrado

conteúdo estrangeiro das exportações de países selecionados, em %

Fonte: OCDE/OMC, com dados de 2009.

dados TiVA (Trade in Value Added), elaborada em conjunto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2009 o país ficou atrás apenas da Arábia Saudita e da Rússia. "O país importa pouco para o seu tamanho. Em levantamento com 133 economias, fica na última posição em coeficiente de importação sobre o PIB", diz Lucas Ferraz, economista da Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV). Em entrevista à *Conjuntura Econômica* nesta edição, Angel Gurría, diretor-geral da OCDE, afirma que economias menores da América Latina demonstram mais reconhecimento da importância dessa inserção na competitividade de suas indústrias. "No Chile, que, diferentemente do México, não conta com um vizinho como os Estados Unidos, 18% do valor das exportações de minério vem das importações, o dobro do percentual brasileiro", assinala.

As causas desse resultado brasileiro vão desde o pouco dinamismo do país em fazer acordos comerciais a questões domésticas que castigam a competitividade da indústria e incluem fatores macroeconômicos — como o tripé juros altos, câmbio apreciado e carga tributária elevada —, passando por políticas protecionistas, falta de regulação adequada e o custo Brasil. "Na verdade, essa nova forma de pensar a globalização não implica uma agenda nova; apenas ajuda a reforçar algumas questões que já estavam presentes na agenda de competitividade brasileira", diz Sandra Rios, diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes). "Essa análise destaca, ainda, que uma estratégia bem-sucedida para a inserção em cadeias globais de valor não parte de políticas voltadas para dentro", reforça Mauricio Canedo, pesquisador da Economia Aplicada da FGV/IBRE.

A experiência da empresa Globo Usinagem espelha parte das dificuldades listadas nessa velha agenda. Para fornecer às companhias estrangeiras, a empresa investiu cerca de R$ 5 milhões, entre *softwares* de gestão, máquinas e mão de obra — incluindo especialistas em exportação e importação para a área administrativa, que desde então dobrou de tamanho. "Em outros países, como os Estados Unidos, esses setores são mais enxutos. Não esbarram em tanta papelada como a gente", diz Ferreira. Para o empresário, fatores como a burocracia e a instabilidade cambial afetam sua competitividade e colaboram para uma conjuntura pouco vantajosa a pensar em expansão. "A competitividade na Europa e nos Estados Unidos é maior do que no Brasil. Hoje, não está em nossos planos levar as exportações a mais de 10% do faturamento. Nosso foco é expandir no setor doméstico de óleo e gás, onde temos oportunidade de crescer 30% nos próximos três anos", conta. "O Brasil quer que exportemos, mas isso não é tarefa fácil", conclui.

NA BASE

A falta de cultura de incentivo à fragmentação geográfica vem de diversos fatores, a começar pela estrutura produtiva da economia brasileira. Como é apoiada principalmente em bens intensivos, como recursos naturais e energia, essa estrutura promove pouca margem a formas organizacionais mais compartilhadas, como as vistas nas indústrias de montagem — automobilística, aeronáutica e vestuário. "Isso não significa que atividades de recursos

naturais não possam ser beneficiadas pela importação ou exportação de intermediários de alta tecnologia, ou aquisição de serviços, mas partimos de uma base diferente", exemplifica Sandra.

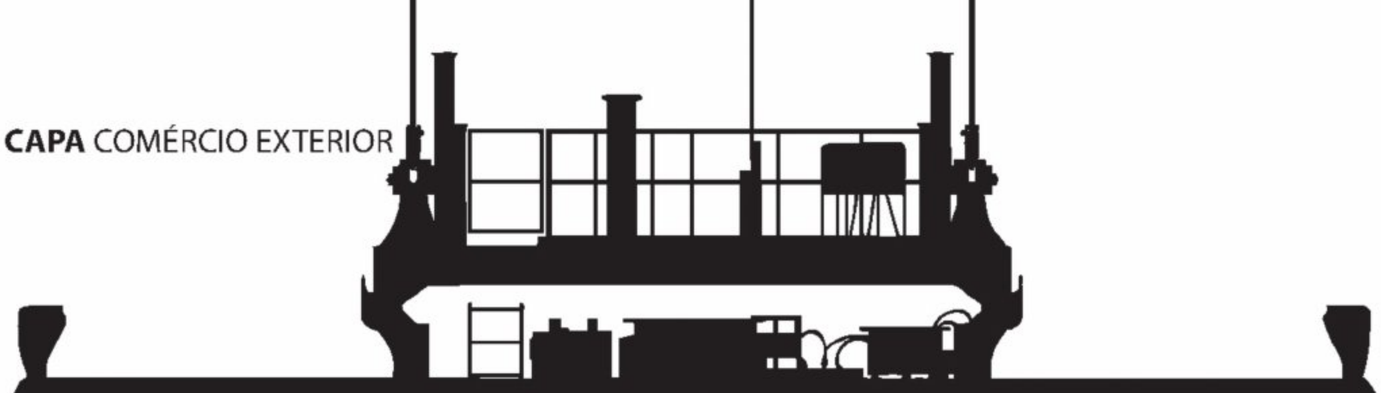
Os especialistas identificam que o salto da fragmentação em escala mundial foi dado principalmente com a indústria eletroeletrônica, em cuja atividade o Brasil não conseguiu se inserir com sucesso. "Ficamos meio fora desse comércio. Diferentemente da Coreia, nossa política não conseguiu impulsionar a fabricação de semicondutores, pois fizemos uma lei restritiva, afetando outros setores da economia", avalia Renato Fonseca, gerente executivo de Pesquisa e Competitividade da Confederação Nacional da Indústria (CNI). David Kupfer, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e assessor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), lembra que o contexto macroeconômico tampouco favoreceu o Brasil nessa época: "No momento da difusão desse setor, nos anos 1980, a economia brasileira foi afetada por uma crise de balança de pagamentos, com capacidade de investimento baixa, problemas extensos de inflação e gestão financeira, e não estava em condições de integrar essa onda. E aí começa nosso problema". Além disso, Kupfer aponta que o processo inflacionário também acentuou a tendência à verticalização. "Isso era uma forma de reduzir custos de transação, pois numa economia com inflação alta e crônica, quanto mais transações existem na cadeia, maior o risco e maior a necessidade de financiamento porque você tem problema de variação dos preços no próprio ciclo produtivo. Quando você compra de alguém esse preço é negociado, mas na hora de ser entregue já é outro", lembra.

> O Brasil registra níveis de valor agregado estrangeiro (VAE) inferiores à média mundial, mesmo em setores que permitem maior fragmentação geográfica

Com isso, o Brasil que iniciou seu processo de abertura em 1990 possuía um parque pouco apto à integração, além de uma herança negativa da crise de dívida que, em vez de levar o país à especialização vertical, direcionou-o à verticalização. Fonseca, da CNI, identifica a presença de vários entraves no atual ambiente de negócios do país. "Você pode evitar a terceirização para pagar tributos cumulativamente, por exemplo. Tampouco temos uma lei de terceirização, o que limita as iniciativas do ponto de vista trabalhista, podendo implicar ineficiências em atividades que poderiam ser verticalizadas, mesmo que apenas no ambiente doméstico", compara.

O fato é que o Brasil registra níveis de valor agregado estrangeiro (VAE) inferiores à média mundial, mesmo em setores que permitem

Fora do jogo – Brasil não conseguiu se inserir com sucesso na indústria eletroeletrônica



Abaixo da média

conteúdo estrangeiro das exportações do Brasil, por segmento, em %

	2005		2009	
	Brasil	**Média mundial**	**Brasil**	**Média mundial**
Alimentos e bebidas	6,6	23,2	6,5	22
Têxtil e vestuário	8,1	31,5	7,3	28,5
Madeira e papel	8	25,8	7,1	23,7
Químicos e minerais não metálicos	18,4	38,3	14,5	36,2
Materiais básicos e produtos de metal	15,6	33,9	10,2	32,7
Máquinas e equipamentos	13,5	33,4	10	31,1
Equipamentos elétricos e óticos	23,5	39,3	15	36,4
Material de transporte	19,1	39,9	14,3	36,7

Fonte: OCDE/OMC.

maior fragmentação geográfica. Segundo José Tavares, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), entre 2005 e 2009, nos oito ramos da classificação industrial usada pela OCDE na base de dados TiVA, os índices obtidos pelo Brasil não só ficaram abaixo da média como registraram queda. Isso mesmo levando em conta, no período, a apreciação cambial que tornou as importações mais competitivas. Em artigo, Tavares analisa que "a explicação mais plausível para esse aparente paradoxo é a de que as elevadas tarifas aplicadas sobre as importações de bens intermediários e equipamentos, ao lado da precariedade da infraestrutura de transportes do país, eliminam os ganhos de eficiência que as empresas poderiam obter por meio da formação de parcerias duradouras com fornecedores de outros países".

Renato Baumann, diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ressalta o alto nível da tarifa média de importação sobre os bens de produção: de 10,85% em 2012, contra 5,64% na Rússia e 5,65% na China (2011), além de uma tendência de alta na tarifa média ponderada de importação de manufaturas intensivas em recursos naturais e tecnologia baixa, segmentos nos quais o país é competitivo. "Uma economia que impõe restrições à importação desvia-se da lógica de redução de custos e ganhos em eficiência produtiva que rege essa cadeia", diz.

Kupfer ainda aponta que, hoje, a macroeconomia tampouco favorece a reestruturação competitiva da indústria brasileira: "Está se reconstruindo um ambiente muito hostil à atividade industrial, que decorre de uma combinação de juros altos e dólar baixo, e isso condena a indústria a definhar, pois retira sua capacidade de investimento, que também é condição para inserção na cadeia de valor". E enfatiza que o Brasil precisa ter "competitividade e capacidade de investimento em ativos produtivos, de logística, tendo que construir competitividade sistêmica".

CAMINHOS POSSÍVEIS

Apesar do contexto desfavorável, Tavares aponta que, de acordo com os dados da TiVA, entre 2005 e 2009, as exportações brasileiras de alguns bens industriais registraram bons níveis de competitividade em quatro das oito áreas industriais classificadas pela OCDE. No estudo, isso acontece quando o coeficiente do índice de vantagem comparativa revelada (IVCR) supera 1. A que mais se destaca é a de alimentos e bebidas, passando, no período, do 5º para o 3º lugar entre os 23 países que demonstraram IVCR acima de 1. Além desse, madeira e papel (17º entre 24 países acima de 1); e metais básicos e produtos de metal (10º entre 18). O último, material de transporte, é o único que não tem sua vantagem comparativa concentrada nos recursos naturais, e sim na especialização vertical. Neste item o Brasil ficou em 20º lugar, último entre os países considerados competitivos.

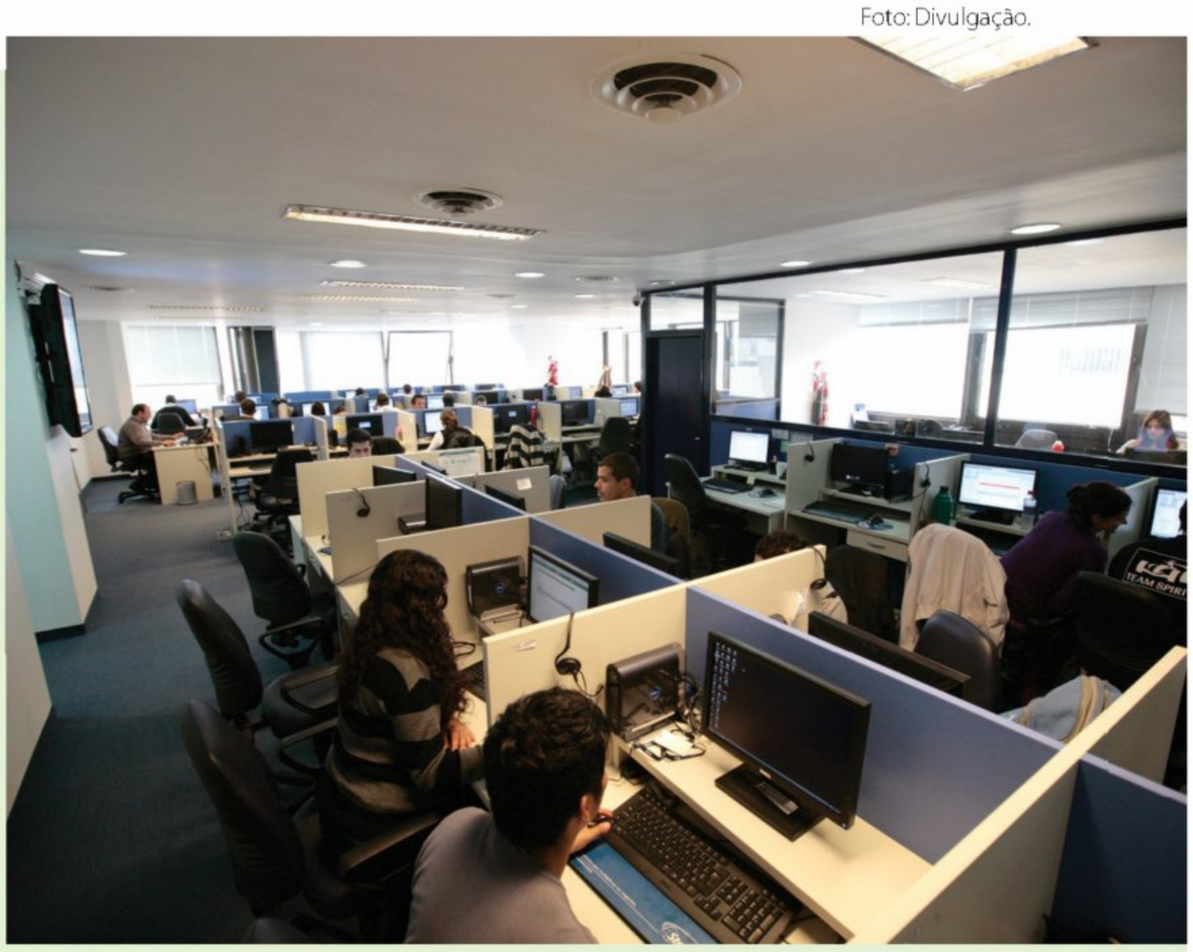
Em estudo contratado pela CNI que deu origem ao livro *A indústria brasileira e as cadeias globais de valor*, especialistas analisaram as oportunidades relacionadas às cadeias dos setores aeroespacial,

de equipamentos médicos e de eletroeletrônicos. "O primeiro traz a vantagem de ter uma companhia brasileira na ponta da cadeia, liderando a demanda. Já o setor de equipamentos médicos cresce muito e temos oportunidade de entrar mais pesado nessa cadeia", afirma Fonseca. "Quanto à eletroeletrônicos, o Brasil perdeu o bonde dos semicondutores para os asiáticos, mas tem boas oportunidades no setor de *software*. Afinal, a segunda onda da pulverização, depois da busca de mão de obra barata, é a da pesquisa e desenvolvimento dos serviços agregados. E a partir do momento em que o setor de serviços passa a se misturar com o industrial, abre-se essa oportunidade na área de P&D, *software*, onde ainda podemos entrar e não depende de burocracia e mercadoria física indo de um lado pra o outro", analisa.

COMO MUDAR?

Para aproveitar essas oportunidades, entretanto, os especialistas são unânimes na avaliação de que há muito para fazer. A começar pela redução de custos de transporte e a dinamização da política comercial, num debate que inclua regras para investimentos e serviços, dois pilares dessas cadeias. "O movimento de acordos de comércio com agenda mais abrangente não é novo. Vem desde o Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio, cuja sigla em inglês é Nafta, no início da década de 1990. A gente já negociou diversos desses acordos no Mercado Comum do Sul (Mercosul), mas a maioria não entrou em vigência", diz Sandra. E acrescenta: "Até hoje o Mercosul não tem um código de investimentos, não tem código de

Foto: Divulgação.



Em rede

O uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC) para a melhora da gestão das empresas tem tornado o setor grande aliado de muitos negócios, entre eles exportadores, e nicho importante para empresas brasileiras do setor. "A necessidade de redução de custos e melhoria na eficiência operacional em todos os segmentos da economia tem desafiado o segmento de TIC a inovar e assumir papéis mais arrojados na componente serviço, entrando mais fundo nos processos de negócios."

A certeza é de Marco Stefanini, fundador e CEO da brasileira Stefanini, fornecedora de aplicativos, infraestrutura e soluções como ERPs, presente em mais de 30 países. Hoje, as exportações representam em torno de 8% do faturamento da companhia no Brasil, de um total de 15% considerando a operação global, cujo faturamento foi de R$ 2,11 bilhões em 2013. "As exportações vêm aumentando na ordem de 12% ao ano, o que representa um crescimento maior que o setor", diz o empresário.

Mesmo sendo visto como um país de custo elevado, Stefanini diz que o Brasil tem apresentado boas referências em soluções, ajudado pelo fato de ser o sétimo maior orçamento de TI do mundo. "Porém, a massa crítica ainda é pequena para ser referência global", pondera. Para ele, a oferta do setor se tornará mais competitiva se conseguir a redução dos custos de encargos sociais, bem como maior eficiência na formação de pessoal.

O empresário destaca os esforços da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), que elaborou uma proposta setorial aos candidatos à Presidência da República. No documento, a entidade defende a desburocratização, redução do custo de capital e apoio à inovação, aumento das exportações de *software* e serviços, e investimentos para maior integração nas cadeias globais de tecnologia. Entre as metas defendidas pelos associados da Brasscom figuram a formalização 200 mil profissionais especializados em cinco anos e a ampliação da participação da TIC no PIB brasileiro (excluindo o setor de telecomunicações) de 4,6%, em 2013, para 6%, em 2022.

propriedade intelectual implementado, acordos de compras governamentais, avançamos muito pouco na convergência de regulamentos técnicos, e normas sanitárias e fitossanitárias. Estamos muito atrasados nessa agenda". A especialista reforça que a defesa da propriedade intelectual é um dos fatores importantes para estimular uma inserção com transferência de tecnologia. "O Brasil precisa ser mais aberto a convergir a padrões internacionais, em vez de criar jabuticabas, como as tomadas de três furos", exemplifica.

Outro alerta dos especialistas é que essa nova forma de estudar o intercâmbio comercial no mundo não deve ser fator de criação de novas políticas industriais, mas de correção das atuais. No livro da CNI, especialistas destacam a tendência entre os formuladores de políticas no país de promover indústrias completas e plenamente integradas verticalmente, e de construírem políticas industriais voltadas predominantemente para o mercado interno. "Esse debate remonta à década de 1950, sobre se o Brasil deveria ou não abrir a economia para o comércio internacional. O BNDES ainda trata de adensamento de cadeia, que é uma ideia que vai ao caminho oposto ao das cadeias de valor", corrobora Ferraz.

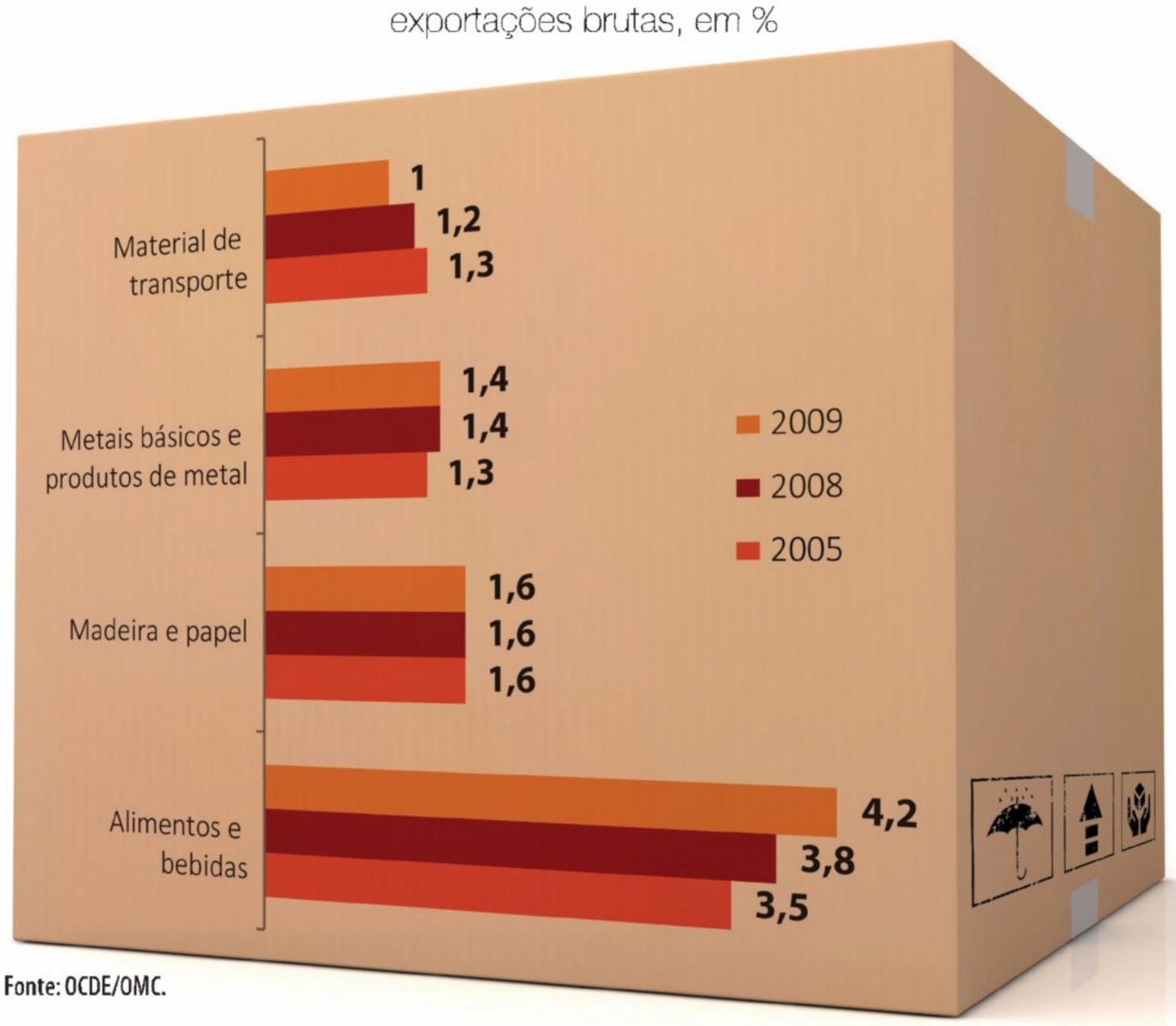
Ter ambiente de negócios favorável, com direito de propriedade, facilidade para abrir negócios e transparência contribui para se integrar em cadeias

Para o economista da EESP, as iniciativas governamentais deveriam se concentrar em políticas horizontais: "Elas podem melhorar a qualidade da infraestrutura — principalmente a portuária, fundamental para cadeias de valor que trabalham *just in time*. Mão de obra treinada é também fator importante. Ter ambiente de negócios favorável, com direito de propriedade, facilidade para abrir negócios e transparência contribuem favoravelmente para se integrar em cadeias". Sandra, do Cindes, corrobora o diagnóstico: "Distribuir benefícios para diversos segmentos sem atacar a agenda da competitividade, a redução de custos, só aumenta o gasto público e distorce a estrutura produtiva". Outro segmento sensível que precisa ser mais bem dosado, segundo Sandra, é o de conteúdo local. "Eventualmente, se você tem um novo setor como o de petróleo e gás que ganhou espaço com pré-sal, pode pensar em uma política direcionada. Mas é preciso que seja para uma competência específica, e não para uma cadeia inteira, como se fosse possível ter todos os elos produzidos domesticamente com elevado grau de competitividade", diz.

Um dos setores em expansão que obedece essas regras é da ener-

Ainda competitivos

vantagens comparativas reveladas da indústria brasileira com base nas exportações brutas, em %



Fonte: OCDE/OMC.

Foto: Divulgação.

Bons ventos – Indústria de aerogeradores prepara plataforma exportadora no Brasil

gia eólica. Com investimentos que superaram os R$ 10 bilhões nos últimos três anos, segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), o segmento trabalha com índices de conteúdo local que giram em torno dos 70% para os componentes dos aerogeradores. Elbia Melo, presidente da entidade, considera a regra chave para a expansão dessa fonte no país. "Cerca de 80% do parque são equipamentos, e vemos essa indústria crescendo numa velocidade exponencial", diz, lembrando que a meta do setor é de inserção de ao menos 2 GW de geração eólica por ano até 2020. "Talvez o prazo estipulado pelo BNDES seja rápido demais e esteja provocando alguns gargalos para a indústria. Isso é algo desafiante, mas é um problema capaz de ser transposto", afirma. Segundo Elbia, a ABEEólica já está trabalhando, com a ajuda da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e o Ministério de Desenvolvimento (MDIC), em uma plataforma exportadora para o setor, com foco nos mercados das Américas do Sul e Central, além da África do Sul. "Não há previsão de lançamento, mesmo porque hoje essas empresas estão extremamente ocupadas com o mercado nacional", afirma. No lado da demanda, entretanto, sobram dúvidas quanto à efetividade dessa estratégia. Matias Becker, diretor presidente da Renova, companhia de geração renovável com negócios em parques eólicos e pequenas centrais hidrelétricas, considera impossível para o governo garantir uma estratégia que foque ao mesmo tempo em geração ao menor preço e alto índice de nacionalização. "Ao fazer isso, o governo impõe um desafio importante à indústria eólica, pois ainda não temos claro o potencial de demanda dos leilões, e restringir o número de ofertantes dos equipamentos tende a subir o preço", observa, indicando que a última sondagem realizada pela empresa apontava que os preços de aerogeradores fabricados no país estavam cerca de 15% mais caros que no exterior.

Para Kupfer, da UFRJ, a ampliação da inserção da indústria brasileira nas cadeias globais de valor ainda dependerá de uma mudança de cultura no país que será difícil de realizar. "Do ponto de vista de como se organizam as instituições de governo e empresariais, não há sinais de que estejam desejosas desse tipo de solução", afirma. "Hoje, o que se quer é importar poucos produtos para exportar o meu próprio produto. O empresário olha integração como demanda adicional, para escoamento de produção, e não pelo lado da oferta, como integração produtiva", garante. "É algo instintivo, mas é imediatista. Contudo, é preciso preparar indústria para abandonar o domínio de setores inteiros e focar em nichos em que tem competência para acumular tecnologia, conhecimento, para ganhar produtividade e competitividade", diz. "Manter setores predominantes que busquem a reprodução do modelo atual não favorece a mudança estrutural necessária para gerar maior abertura e competitividade produzidas por esse modelo", conclui.

Fator Regional

O crescente aumento da fragmentação produtiva registrado no mundo tem se mostrado um fenômeno mais regional do que exatamente global. Os centros mais dinâmicos concentram-se na América do Norte, com o Nafta, no Sudeste Asiático e na Europa. Nesse sentido, a América do Sul não joga um papel favorável para o dinamismo das trocas brasileiras. "Estamos numa região pouco desenvolvida por diversos fatores, entre os quais uma infraestrutura precária, custos elevados, e uma estrutura produtiva intensiva em recursos naturais. Esse cenário dificulta o Brasil, a maior economia da região, para construir um ambiente que proporcione um papel mais ativo das empresas do setor manufatureiro no desenvolvimento de produção integrada na região", avalia Sandra Rios, do Cindes.

Sob o ponto de vista geográfico, o Brasil se encontra na contramão da tendência mundial quanto à origem do valor estrangeiro adicionado nas exportações brasileiras, com a participação dos vizinhos sendo a menos relevante, e a da Europa, a maior. "Esperaríamos a criação de cadeias a partir do Mercosul, mas temos uma união aduaneira cheia de falhas", avalia Lucas Ferraz, da FGV/EESP. "Temos até algum princípio de integração com a indústria automobilística argentina, que representa metade das trocas comerciais entre os dois países. Mas, se olharmos bem, uma relação que implique enviar bens intermediários para voltar como produtos acabados ainda é fraca", diz. Para Ferraz, o Brasil deveria focar em maior abertura com China, Europa e Estados Unidos, que já demonstram mais integração produtiva com o país.

Sandra, do Cindes, pondera que o comércio brasileiro com regiões como a União Europeia sempre será predominantemente complementar, de fornecedor de recursos naturais, o que dificulta uma mudança no padrão de comércio para o fornecimento de produtos mais sofisticados. "Já na América do Sul podemos pensar empresas brasileiras liderando o processo", diz David Kupfer, da UFRJ. Para o economista, os espaços para construção de cadeias na região se concentram na indústria tradicional, como têxtil, calçados, alimentos e artefatos plásticos. "São segmentos em que teríamos condições de transferir capacitação tecnológica em cooperação com os outros países, e que hoje se veem ameaçados pelas vantagens competitivas do sistema asiático", diz.

Sur o no Sur?

participação por origem do valor adicionado estrangeiro nas exportações brutas brasileiras, em %

Fonte: Leane Naidin e José Ángel Ramón, com dados OCDE/OMC de 2009.

O problema é o tempo, sobretudo considerando a forte entrada da China como provedor de manufaturas a preços competitivos, que já implicou a perda da participação brasileira como fornecedora de produtos finaisna região. "Isso tem a ver tanto com a falta de capacidade de criar acordos relevantes para a constituição de cadeias regionais de valor, quanto pelo fato de que nossa indústria perdeu competitividade, fatores para os quais não adiantou ter condições preferenciais de acesso", diz Sandra. "Por isso, precisamos avançar em duas frentes em paralelo: na agenda de competitividade doméstica e, ao mesmo tempo, liderar a criação de área de livre-comércio mais abrangente na América do Sul."

Sandra admite que discordâncias de ordem política e de interesse econômico podem pesar contra esse esforço. "Mas, nos últimos 12 anos, o Brasil não tentou liderança de fato na região. Além disso, o Mercosul está em dificuldade, mas Chile, Colômbia e Peru estão avançando em acordos comerciais, demonstrando interesse em projetos desse tipo. Recentemente até o Equador assinou acordo com a União Europeia, e não se pode dizer que esse país seja dominado por um governo neoliberal", exemplifica.

Para Leane Naidin, da PUC-Rio, o ponto de partida é garantir avanços na área de infraestrutura na região. "Mas isso precisa de um interesse efetivo de integração, e não apenas retórico. E que fosse apoiado pelo setor privado, capaz de apontar problemas relevantes e os segmentos mais viáveis. O governo precisa de uma percepção de economia política que aponte nessa direção", conclui. (S.M.)

TM Rio 2016.

Rio2016

Rio2016 JOGOS PARALÍMPICOS

OPERADOR LOGÍSTICO OFICIAL

correios.com.br

AGÊNCIA CONCEITO DOS CORREIOS.
UMA NOVA EXPERIÊNCIA EM CORREIOS PARA VOCÊ.

Os Correios abrem as portas do futuro e apresentam a sua Agência Conceito. Um lugar diferente de tudo o que você já viu, com terminais de autoatendimento, vídeo wall e wi fi grátis. Uma ideia inovadora que oferece os produtos e os serviços que você já conhece, como SEDEX, Banco Postal, Vale Postal Eletrônico e muito mais.

Agência Conceito dos Correios. Uma experiência que os Correios fazem questão de entregar, em mãos, para você.

AGÊNCIA CONCEITO DOS CORREIOS
SHS QD. 2 – BLOCO B – TÉRREO – BRASÍLIA/DF

Fale com os Correios: correios.com.br/falecomoscorreios
CAC: 3003 0100 ou 0800 725 7282 (informações) e
0800 725 0100 (sugestões e reclamações)
Ouvidoria: correios.com.br/ouvidoria
SIC: correios.com.br/acessoainformacao

Correios

Muito além da mão de obra

Ampliar os benefícios da inserção nas cadeias globais de valor também é tarefa para as economias em desenvolvimento que trilham o caminho da abertura comercial há mais tempo. O México, que desde a assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta, na sigla em inglês), em 1994, registrou um crescimento acentuado da atividade de *maquiladoras* — ou *maquilas*, caracterizadas pela importação de componentes para montagem de produtos, aproveitando custos de mão de obra mais baixos, e reexportação à matriz —, agora busca aumentar o valor agregado de sua participação nessa cadeia.

"Hoje, o país trabalha com um conceito diferente, o de indústria *maquiladora* manufatureira de exportação. Com isso, busca-se não apenas uma mudança formal, mas uma articulação mais eficiente com a economia nacional, de assumir maior integração da indústria mexicana no processo produtivo", informa Celso Garrido, chefe da área de Empresas, Finanças e Inovação da Universidade Autônoma Metropolitana de Azcapotzalco, na região metropolitana da Cidade do México.

A preocupação com o tema está refletida no Programa de Desenvolvimento Inovador do governo de Enrique Peña Nieto, cuja meta é aumentar a média anual de insumos nacionais no setor manufatureiro, de *maquilas* e de serviços de exportação de 30%, em 2013, para 36%, em 2018. Algumas das frentes já estão dadas. Entre elas, no setor automobilístico, com a atração de novas montadoras — foram seis nos últimos quatro anos, entre as quais Audi, Mazda e Honda —, aproveitando a base industrial de autopeças do país, levando o México a superar a produção brasileira no primeiro semestre de 2014.

Outro exemplo é o polo de desenvolvimento de *software* do estado de Jalisco, com faturamento anual de cerca de US$ 1,5 bilhão, apoiado por um programa federal para o desenvolvimento dessa indústria com foco em exportação e que tem entre suas beneficiárias IBM, HP e Oracle. E, entre os negócios mais celebrados, o anúncio feito este ano pela Bombardier da criação de um centro de engenharia avançada em Querétaro, onde a canadense está instalada desde 2006 em um *cluster* aeroespacial em que fabrica partes, como fuselagem e asas do Learjet 85.

"Essa mudança tem relação com duas coisas básicas: a evolução da própria cadeia global de valor, com empresas com dinâmicas muito competitivas em nível global que reposicionam os centros de operação; e, mais recentemente, com a crescente participação da Ásia, particularmente Coreia e China", lembra Garrido. Dados do US Census Bureau apontam, por exemplo, que a participação de México e China nas importações de manufaturas dos Estados Unidos era praticamente a mesma em 2001, cerca de 12%; já em 2010, a China mais que dobrou a participação em relação ao México (27,3%), que manteve sua parcela estável, com 12,4%. "Essa necessidade de

reestruturação fez com que líderes pensassem em posicionar atividade de maior conteúdo tecnológico no México, e nesse sentido tem havido evolução favorável para o país", afirma Garrido.

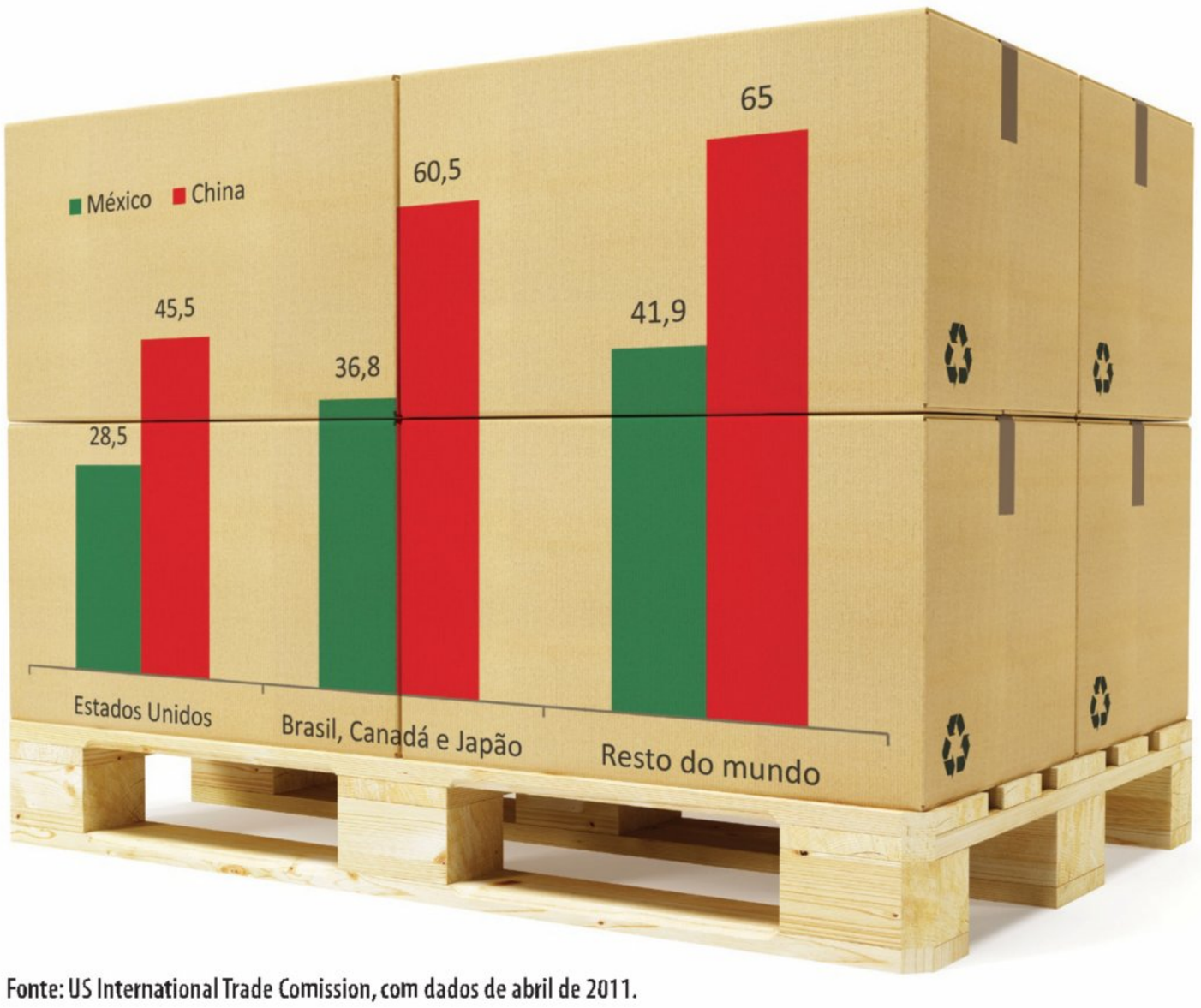
O especialista destaca ainda a importância da busca por diversificação. Um exemplo atual dos riscos inerentes à dependência de poucos é o da Costa Rica que, em abril, recebeu o anúncio da saída da operação fabril da Intel para concentrar atividade na Ásia. A companhia estava instalada na país desde 1997 e representava 20% das exportações nacionais. "Em 1998, o total das exportações de circuitos integrados e microcomponentes foi de US$ 440 milhões; e em 2013, saltaram para US$ 2,37 bilhões, um crescimento de 439% no período", diz Mónica Segnini, presidente da Câmara de Exportadores da Costa Rica (Cadexco). O país agora lida com o impacto buscando mostrar ao mercado as condições que atraíram a Intel, como segurança jurídica, mão de obra qualificada e proximidade com mercados-chave. "Além disso, a Intel impulsionou a criação de pequenas empresas de capital nacional em tecnologia e metalmecânica que se tornaram provedoras também de outras empresas de alta tecnologia", lembra Mónica.

Segundo a Coalizão Costarriquenha de Iniciativas de Desenvolvimento (Cinde), há cerca de 250 empresas multinacionais instaladas no país, em sua maioria dedicadas à tecnologia para a indústria médica, cinematográfica, de componentes elétricos e eletrônicos, eletromecânica e de serviços. Somente os segmentos elétrico e eletrônico, médico e de equipamentos de precisão somaram exportações de US$ 4,8 bilhões, em 2013, 41,62% do total negociado pela Costa Rica. "A indústria médica é um dos nichos com potencial de ocupar o espaço deixado pela Intel. Mas ainda teremos o desafio de gerar emprego de qualidade, para o qual uma das estratégias poderá se concentrar na atração de novo investimento estrangeiro direto nos setores mencionados", diz Mónica.

No caso do México, mais do que a diversificação dos setores, o grande desafio será amenizar a dependência do mercado norte-americano, mesmo considerando a inevitabilidade de sua dominância. Para se ter uma ideia, em 2009, logo depois do estouro da crise do *subprime*, o país registrou queda de 4,7% do PIB, dos quais 3,3% referiam-se às exportações. "Outro efeito negativo que temos que considerar é que a melhora da participação nas cadeias globais aconteceu à custa do mercado interno, das indústrias tradicionais maduras e de baixa produtividade voltadas à demanda doméstica, como a de alimentos e a têxtil", esclarece Garrido. "Hoje, temos uma espécie de economia dual: por um lado um setor moderno inserido internacionalmente, mas ao mesmo tempo uma economia interna formada por pequenas e médias empresas desconectadas desse processo. Isso se reflete na qualidade do nosso crescimento, e temos que promover um contágio para que esses negócios também alcancem alto nível de competitividade", conclui. (*S.M.*)

Competição global

conteúdo nacional das exportações mexicanas e chinesas por mercado, em %



Fonte: US International Trade Comission, com dados de abril de 2011.

As instituições Brics fazem diferença?

Lia Valls Pereira
Pesquisadora da Área de Economia Aplicada da FGV/IBRE

Na Sexta Cúpula dos Brics realizada em 15 de julho de 2014 na cidade de Fortaleza, Ceará, foi anunciada a criação do Banco de Desenvolvimento (Banco Brics) e de um Acordo Contingente de Reservas (ACR). A iniciativa coincide com o aniversário de 70 anos da Conferência de Bretton Woods, quando nasceu o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

As instituições Brics não competem com as de Bretton Woods, mas poderão contribuir (ou não) para a nova arquitetura do sistema financeiro internacional. Esse não é um tema novo, mas ganhou destaque na crise de 2008 e com a ascensão dos países "emergentes", em especial a China, na lista das principais economias mundiais.

Banco Brics

Bhattacharya e Romani (2013) calculam que sejam gastos anualmente entre US$ 800 bilhões a US$ 990 bilhões por ano em projetos de infraestrutura nos países em desenvolvimento (entre os quais os "emergentes"). A origem desses recursos está repartida entre: orçamento dos governos nacionais (57%); setor privado (25%); bancos nacionais de desenvolvimento (10%); bancos de desenvolvimento multilaterais; programas oficiais de ajuda (6%); e, outros recursos (2%). Os autores estimam, porém, que são necessários de US$ 1,8 trilhão a US$ 2,3 trilhões anuais em dez anos para que se garanta a construção da infraestrutura necessária nesses países. É motivo para criar um novo banco?

Na opinião dos autores a resposta é afirmativa. O atual sistema é limitado do ponto de vista dos recursos para o financiamento, por razões operacionais e políticas. Há restrições para o aumento dos gastos públicos pelos governos nacionais que aumentaram seus déficits em resposta à crise de 2008. Os planos de infraestrutura envolvem projetos de longa maturação que afastam o setor privado, em especial, no caso dos países de menor grau de desenvolvimento. A participação dos recursos dos bancos multilaterais é pequena. Além disso, trabalham com exigências de garantias que limitam as carteiras de investimentos dos países e não possuem instrumentos adequados para alavancarem projetos que estimulem a participação do setor privado. As carteiras de investimentos dos bancos multilaterais obedecem muitas vezes a critérios de orientações políticas que podem deixar em segundo plano os projetos que a população do país requer naquele momento.

As limitações ressaltadas pelos autores abrangem não só o Banco Mundial, mas os principais bancos regionais multilaterais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird, criado em 1959); Banco de Desenvolvimento Africano (AFD, 1964); Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB, 1966); e o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (ERDB, 1991). Observa-se que todos os bancos aceitam acionistas fora da sua região (por isso são multilaterais) e, em todos, os Estados Unidos estão entre os cinco principais acionistas (Ottenhoff, 2011). O Banco Brics seria o primeiro multilateral não regional que não conta na sua criação com a presença dos Estados Unidos. Esse é o significado político do banco.

Se o significado político é claro, não está certo ainda se o banco irá criar uma nova governança eficiente que auxilie na construção dos projetos de infraestrutura dos países em desenvolvimento.

O capital inicial do Banco Brics é de US$ 50 bilhões, podendo chegar a US$ 100 bilhões. Os recursos serão direcionados para projetos de infraestrutura com soluções sustentáveis. A área de atuação abrange os países não desenvolvidos, mas a ênfase inicial parece ser o continente africano. A sede será em Xangai, China, com inauguração simultaneamente de escritório regional em Johanesburgo, África do Sul. A escolha não é fortuita. Os chineses têm especial interesse na melhora da infraestrutura nos países africanos que atendem a sua demanda de *commodities* agrícolas, minerais e combustíveis. A premissa dos autores citados é que um novo banco, no caso o do Brics, poderá ter critérios mais flexíveis para os seus empréstimos.

Dois pontos precisam ser conciliados. Primeiro é que o Banco Brics aceitaria um maior grau de risco que o Banco Mundial, por exemplo, ao conceder um peso maior à criação de externalidades que os projetos de infraestrutura trazem para a região dos países em desenvolvimento. Nesse caso, a ideia é que o banco irá funcionar juntamente com o governo local na construção do projeto e irá prestar assistência técnica para que sejam garantidos os benefícios do investimento. Seria um banco "menos avesso ao risco" por conferir prioridade à melhoria da infraestrutura dos países.

Segundo, o banco para ser sustentável ao longo do tempo precisa se capitalizar. Para isso é necessário que obtenha grau de investimento positivo como ocorre com os bancos regionais multilaterais. Logo o banco pode ser "menos avesso ao risco", mas os empréstimos devem ser guiados por propostas técnicas que justifiquem a elaboração do projeto numa análise de custos e benefícios, que inclui as externalidades. Além disso, o crescimento do banco sugere que novos acionistas deverão ser aceitos. Não há razão para excluir os países desenvolvidos e os Brics poderão manter o modelo de governança escolhido, mantendo-se como sócios majoritários.

> As instituições Brics não competem com as de Bretton Woods, mas poderão contribuir (ou não) para a nova arquitetura do sistema financeiro internacional

A conciliação desses dois pontos é que poderá significar "a nova governança" de um banco multilateral. Chama-se atenção para uma vantagem inicial do banco. A China tem demonstrado ser uma boa executora de projetos de infraestrutura. Essa é uma questão que está na mente dos formuladores de políticas públicas. O Brasil é exemplo de um país que enfrenta dificuldades para executar seus projetos. Assim, se o projeto do Banco Brics realmente for implementado poderá trazer boas lições para o Brasil. O momento é de espera para analisar como o banco irá operar. A presidência da instituição é rotativa de cinco em cinco anos e a China só assumirá esse posto depois de 20 anos. Pode não significar nada, mas sinaliza a postura tradicional de "cautela" dos chineses.

Acordo Contingente de Reservas

Depois da crise asiática da década de 1990, foi criada a Iniciativa Chang Mai para lidar com problemas de liquidez cambial na região. Atualmente, os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean, na sigla em inglês) mais China, Japão e Coreia do Sul participam dessa iniciativa que tem uma reserva de US$ 240 bilhões. Os países podem sacar até 30% das suas cotas. Acima desse percentual, precisam ter feito empréstimo junto ao FMI. As condicionalidades do Fundo são a garantia para a concessão de novos empréstimos pela iniciativa.

A iniciativa é criticada por amarrar os empréstimos ao Fundo. É criticada como "inócua", pois o volume de recursos não é suficiente para a superação de crises cambiais regionais, servindo apenas para questões de liquidez de curto prazo.

O Acordo Contingente de Reservas (ACR) inicia com US$ 100 bilhões (a China contribui com

US$ 40 bilhões, Brasil, Índia e Rússia com US$ 18 bilhões cada e África do Sul com US$ 6 bilhões). Novamente não é um acordo para substituir o FMI. Aqui a proposta possui um significado político claro. Apesar da aprovação das novas cotas para a participação dos países no Conselho Diretor do FMI, essas ainda não foram implementadas. Observa-se que as novas cotas são consideradas uma etapa em direção à meta dos Brics que é uma distribuição meio a meio do poder decisório do Fundo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Em suma, as duas iniciativas fazem parte do debate sobre a questão da governança num mundo em que a demanda por maior poder de voto nas instituições Bretton Woods pelos países emergentes aumenta.

Organização Mundial do Comércio

O Banco Mundial e o FMI são instituições regidas pelo poder — na votação tem peso diferenciado em função das cotas de cada país distribuídas por critérios econômicos e políticos.

Na Organização Mundial do Comércio (OMC) as decisões são consensuais. Até o final dos anos 1990, o consenso era construído a partir do Quad (Estados Unidos, União Europeia, Canadá e Japão). Desde 2003, quando Brasil, Índia e China lideraram o veto à proposta da União Europeia e dos Estados Unidos para a negociação agrícola na Rodada Doha, o consenso não se resume ao Quad. No entanto, não se formou um consenso Brics.

Observa-se que como na OMC o pleito por maior poder que une os Brics nas suas propostas para a reformulação do FMI e do Banco Mundial não existe, a união Brics depende de convergência de interesses. Aqui o histórico não é favorável ao grupo, após 2003.

O último impasse se deu no final de julho. O Acordo de Bali de Facilitação de Comércio, em dezembro de 2013, foi comemorado como um sinal de que a OMC "não tinha se tornado irrelevante". Para entrar em vigor em julho de 2015, todos os membros da OMC deveriam assinar o acordo até julho de 2014. A Índia, porém, vinculou a sua assinatura a uma mudança nas regras que limitam o valor do subsídio agrícola, atualmente 10% do valor da produção, pois inviabiliza o seu programa de segurança alimentar consagrado em 2013. Foi votada uma "cláusula de paz" que daria o prazo até dezembro de 2017, mas o governo indiano achou que as regras não estavam claras. Teve o apoio de Cuba, Venezuela e Bolívia.

> O capital inicial do Banco Brics é de US$ 50 bilhões, podendo chegar ao dobro, com recursos destinados a projetos de infraestrutura com soluções sustentáveis

Nesse caso, portanto, o interesse Brics de fortalecimento da OMC expresso em todas as declarações das cúpulas já realizadas sofreu um revés. As diferenças entre os países Brics vêm à tona quando se trata de negociações que envolvem os interesses dos setores produtivos e de formas de atuação das políticas de cada membro. Algo que também ocorreu e ocorre entre os Estados Unidos e os países europeus. No entanto, no pós-guerra os dois tinham interesse em manter o sistema multilateral no contexto da Guerra Fria.

Fora a demanda por maior poder nas instituições e a defesa por regras mais flexíveis que acomodem mais autonomia das políticas domésticas, a consolidação dos Brics irá exigir propostas que partam de interesses comuns. O Banco Brics será um teste para essa consolidação, pois no campo político e econômico, as assimetrias entre os membros os distanciam para capitanear um projeto comum com conteúdo na criação de uma ordem mundial após Bretton Woods.

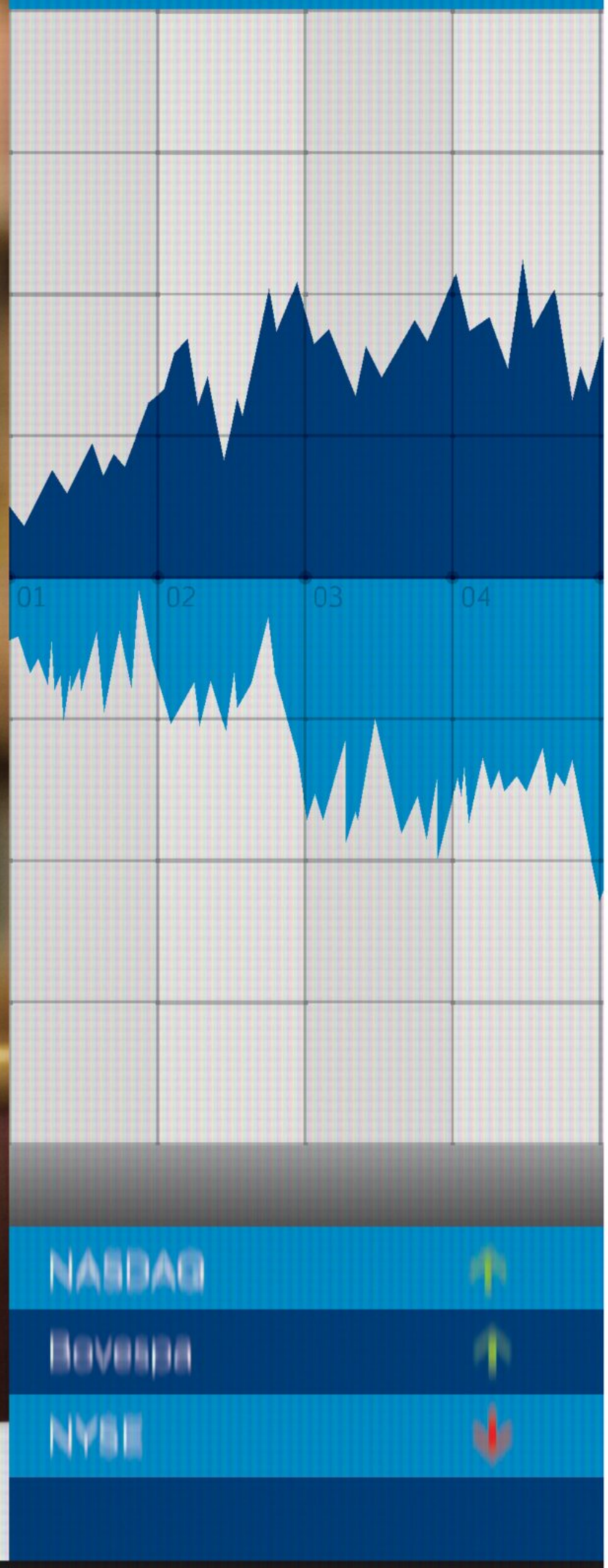
Referências

Ottenhoff, J. (2011) Regional Development Banks (ABCs of the IFIs Brief. Disponível em: http://www.cgdev.org/publication/regional-development-banks-abcs-ifis-brief.

Bhattacharya, A. e Romani, M. (2013) Meeting the infrastructure challenge; the case for a new development bank. GGI, G-24 and LSE. Disponível em: http://www.g24.org/TGM/Bhattacharya.pdf.

INSCREVA-SE ATÉ
25 DE OUTUBRO
DE 2014.

www.fgv.br/eesp/processoseletivo



MESTRADO PROFISSIONAL EM FINANÇAS E ECONOMIA

QUANDO O ASSUNTO É ECONOMIA,
A ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO
É EXCELÊNCIA EM ENSINO.

0,33% Commodities Petróleo NY 97,55 ↑ 0,36% Commodities Petróleo NY 97,55 ↑ 0,18% Commodities

O **Mestrado Profissional** da Escola de Economia de São Paulo conquistou a nota 5, conceito máximo pela CAPES - Triênio 2010-2012.

Conheça também o Mestrado Profissional em Agronegócio.

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

REFERÊNCIA QUE
PRODUZ REFERÊNCIAS.

Dura na queda

Apesar do alívio recente nos preços dos alimentos, inflação persiste em manter-se alta, puxada, principalmente, pelo grupo dos serviços

Thais Thimoteo, do Rio de Janeiro

Se não há clareza sobre o legado que ficou do mundial de futebol no Brasil, do lado econômico, o "efeito Copa" contribuiu para jogar a inflação ainda mais para cima. Os preços de itens ligados ao turismo, como passagens aéreas, hotéis, excursões e alimentação fora de casa registraram aumento de 8,9% no acumulado de 12 meses até junho, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/IBRE). No Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, o grupo de serviços sofreu variação ainda maior: 9,2% no mesmo período, um dos principais fatores que explicou a inflação de 6,52%, em junho — primeira vez em que a taxa estourou o teto da meta (6,5%), em 2014.

"Cerca da metade do aumento do IPCA de junho foi por conta da alta no preço das tarifas de hotéis (0,11 ponto percentual) e passagens aéreas (0,09 p.p.). Mas acredito que o peso desses itens, devido ao crescimento da demanda explicada pelo evento esportivo e pelas férias escolares, não se mostrará na inflação dos dois ou três meses seguintes; será excluído pela própria dinâmica e competição do mercado. O que foi inflação num momento deverá ser deflação no seguinte", avalia Salomão Quadros, superintendente de Inflação do IBRE, para quem a partir deste mês (agosto) serão observados os primeiros sinais dessa reversão.

Melhora no ar
Os preços das passagens aéreas devem pesar menos no bolso dos turistas nos próximos meses, mas os serviços continuarão jogando a inflação às alturas

Colheita

Contudo, não há com o que ficar aliviado. Se além dessas variáveis pontuais, o grupo alimentação tem dado uma trégua na pressão inflacionária — com tendência de permanecer assim por um bom tempo, tendo em vista, entre outros motivos, a expectativa de supersafra de grãos que será colhida nos Estados Unidos e na Europa neste segundo semestre —, para este e o próximo ano, outros fatores farão a vez de vilões e continuarão impulsionando a alta de preços: a persistência da

inflação dos serviços livres e administrados. "Olhando à frente, a alimentação é talvez a parcela mais amigável da inflação. Pegando os IGP-Ms (Índice Geral de Preços do Mercado, da FGV), eles estão com uma sequência de deflações, e esse resultado é especialmente por conta da forte queda de preços agrícolas no IPA (Índice de Preço por Atacado)", destaca Quadros.

O economista explica que a baixa está relacionada com a normalização dos preços após a estiagem no Brasil — que suscitou um choque de custos dos alimentos até pouco tempo. Além disso, a expectativa de grandes safras mundiais de grãos, contribuindo para melhorar o abastecimento dos mercados e gerar estoques, "dará um alívio capaz de se prolongar até o início de 2015, pelo menos, caso o clima não pregue nenhuma peça".

No entanto, essa influência positiva não deve superar as negativas. Dos serviços administrados, o aumento crescente das tarifas de energia elétrica, já em vigor em várias regiões do país, tem surpreendido até o economista mais pessimista com a pressão de preços vinda dessa frente. "A sinalização do governo é tentar empurrar esses reajustes o máximo possível. Mas, no caso da energia, eles não estão conseguindo segurar mais as tarifas. Começou a bater na área fiscal. O Tesouro não tem mais dinheiro para subsidiá-las. As distribuidoras estão devendo às geradoras de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está autorizando reajustes maiores do que as próprias concessionárias pedem, como foi o caso do Paraná. As tarifas continuam defasadas, sim, mas o que antes se pensava que ia ser feito num período de vários anos, deve ocorrer em apenas dois", pondera Quadros para quem a tarifa elétrica deva ficar em torno de 15% mais cara nas capitais, em média, em 2014, na comparação com 2013.

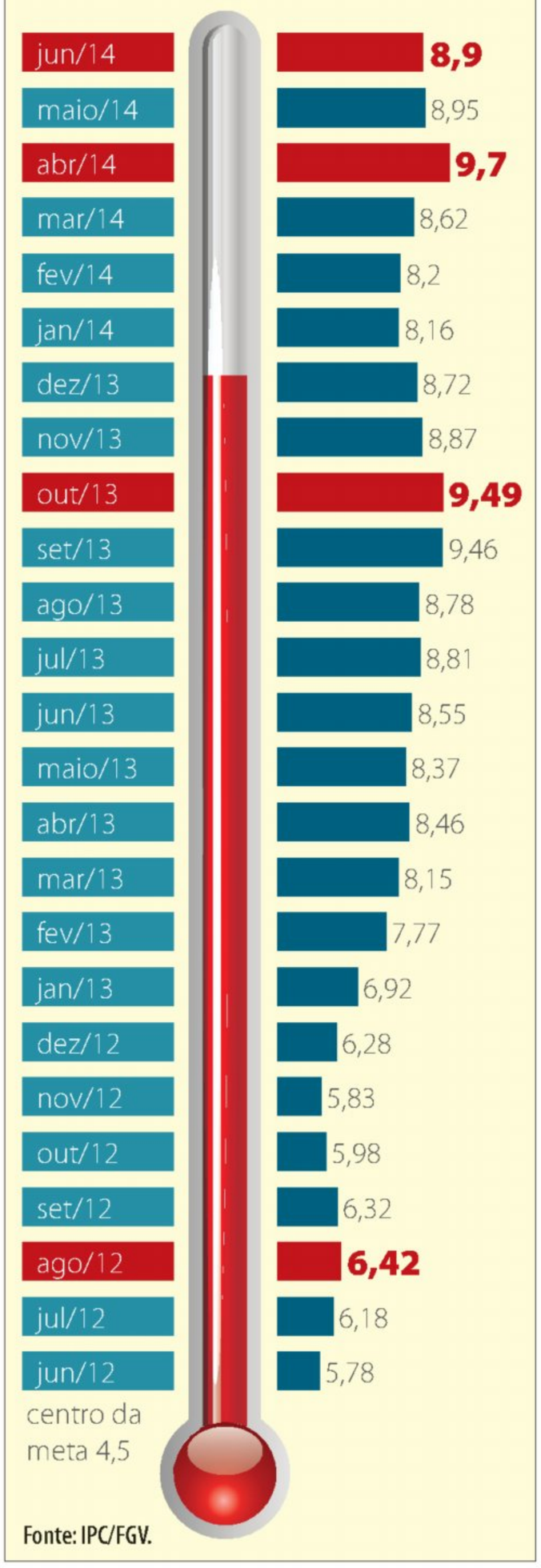
Administrados

"Há uma expectativa de alta dos administrados maior do que se previa anteriormente para 2015. Não é que a alta deva superar a deste ano, mas os economistas estão fazendo revisões", completa André Braz, economista da FGV/IBRE, lembrando, inclusive, a necessidade de reajustes da gasolina e das tarifas de transportes públicos. Para ele, está claro que a intenção do governo não é de mexer nos preços da gasolina ainda em 2014, pois com as pressões inflacionárias — entre elas o reajuste de energia —, além da proximidade das eleições, não há o mínimo interesse em romper o teto da meta de inflação.

"A situação atual já coloca o teto como algo atingível e real. Por isso, eles provavelmente não vão colocar, por enquanto, uma variável a mais para explodir a conta. Devem pilotar esse aumento da gasolina para o ano que vem. Isso tem um efeito além dos índices de preços, pois dá uma sucateada na Petrobras. A sorte é que a taxa de câmbio se apresenta estável, o que ameniza um pouco o prejuízo da estatal", ressalta. Hoje, o dólar vale cerca de R$ 2,20, mas os analistas esperam alta no final de 2015. "O reajuste da gasolina e a retirada de incentivos como IPI reduzido foram adiados, mas o problema na inflação não foi resolvido. A expectativa do Banco Central é de câmbio de R$ 2,50 no fim do próximo ano. Um aumento de pelo menos 10%. Isso cria uma nova onda de pressão nos preços", ressalta Quadros.

Inflação de serviços

Termômetro – média das variações das taxas de serviços de hotel, excursão, passagem aérea, além de alimentação fora de casa no acumulado em 12 meses até junho de 2014



Fonte: IPC/FGV.

Serviços

A persistente alta nos preços de serviços livres é uma das culpadas pela subida da taxa de inflação. De acordo com o Boletim Macro de julho, embora represente um terço da cesta

do IPCA, eles vêm respondendo por cerca de 50% da inflação. A expectativa de que pudesse haver uma redução de sua variação neste ano foi frustrada diante da redução do índice de reajuste do salário mínimo. Isso porque a relação entre mercado de trabalho (leia-se desemprego) e a inflação é estreita. Braz explica que a escassez de mão de obra potencializa ganhos salariais superiores à taxa de inflação, devido ao já conhecido fenômeno da oferta e demanda.

Segundo o Boletim, como a procura por serviços tem se mantido aquecida, alimentada, entre outros fatores, pelos próprios reajustes salariais, o custo do trabalho é repassado com facilidade aos preços finais, ou seja, aos consumidores. "Com o setor de serviços aquecido, se contrata mais gente e, com isso, o funcionário pode negociar um salário mais justo, fazendo com que o custo de produção aumente para o empresário. Além disso, há os preços no mercado imobiliário que continuam subindo e são repassados aos aluguéis comerciais. A soma de todos esses fatores explica a inflação de serviços na faixa de 8%, 9%", observa Braz.

Quadros acredita que, mesmo com a tendência de crescimento mais lento das ocupações e os avanços recentes da taxa básica de juros (Selic), enquanto não houver uma queda significativa dos níveis de emprego, a inflação de serviços livres não dará sinais de afrouxamento. "Se o cenário atual se mantiver, acho muito difícil haver queda (na inflação de serviços)", opina. Além disso, ele também não considera o baixo crescimento econômico do país previsto para este ano como propulsor de uma possível redução na pressão inflacionária, como sugerido por alguns analistas. "Como a economia está desaquecendo, as projeções são de que o PIB deste ano mal chegue em 1% de crescimento. Vimos que o mercado de trabalho também está começando a dar sinais de enfraquecimento. É possível que isso tire um pouco da força do peso da inflação, mas seria uma redução muito pequena que não compensa o problema da alta de preços dos serviços", destaca.

Percepção no bolso

Uma simples ida ao mercado, ao salão de beleza ou quem sabe uma rápida consulta no cardápio de um restaurante já é o suficiente para perceber se os preços dos produtos e serviços estão subindo (ou não). É verdade que a percepção do consumidor quanto à inflação tende a ser superestimada, porém, com itens cada vez mais caros, somado a maior nível de entendimento, eles vêm estreitando a margem de erro entre a inflação que "sentem" e a real (IPCA).

De acordo com o Indicador de Expectativas de Inflação dos Consumidores da FGV/IBRE, que mede a percepção do consumidor para os 12 meses seguintes, mesmo com a pequena queda do indicador entre junho e julho, saindo de 7,4% para 7,2%, o índice continua alto, principalmente entre as pessoas de classe de renda mais baixa — a taxa registrada, em julho, foi de 7,6% e 7,3%, respectivamente, para os que possuem renda familiar de até R$ 2.100 e entre R$ 2.100 e R$ 4.800. Para os mais ricos (renda acima de R$ 9.600), a variação cai para 7%. Já o IPCA-15 (IBGE) de julho acumulou em 12 meses, 6,51%.

"Existe uma redução no erro das expectativas a partir de 2009. Além disso, a diferença entre a sensação dos consumidores e dos especialistas diminuiu em cerca de um ponto percentual a partir de 2010", diz Angelo Polydoro, economista da FGV/IBRE. Polydoro também explica os motivos que fazem das classes mais pobres as mais suscetíveis a sofrer os impactos da pressão dos preços. "Eles são muito sensíveis por não conseguirem proteger o seu poder de compra seja por meio de produtos financeiros (poupança ou investimentos), seja devido a uma posição mais destacada no mercado de trabalho", conta, ao ressaltar que pequenas alterações na taxa possuem "efeito devastador" sobre o poder de compra dessas famílias e na sua capacidade de honrar compromissos.

No horizonte, ele acredita que a persistência da inflação acumulada, "prevista até mesmo pelo Banco Central", indica que a expectativa de inflação dos consumidores também manterá patamares elevados, apesar do alívio recente nos preços dos alimentos.

Expectativa de Inflação

opinião mensal dos consumidores de quanto será a inflação nos próximos 12 meses

Séries	Até R$ 2.100	Entre R$ 2.100 e R$ 4.800	Entre R$ 4.800 e R$ 9.600	Acima de R$ 9.600
jul/13	7,6	7,0	7,1	7,0
set/13	7,8	7,0	7,0	6,9
nov/13	8,4	7,0	7,0	6,6
jan/14	8,7	6,9	7,0	6,6
mar/14	7,6	7,3	7,0	6,8
maio/14	7,7	7,1	7,1	7,0
jul/14	7,6	7,3	7,1	7,0

Fonte: FGV/IBRE.

agência3

www.conjunturaeconomica.com.br

ENTENDA O QUE A ECONOMIA TEM A DIZER.

CONJUNTURA ECONÔMICA

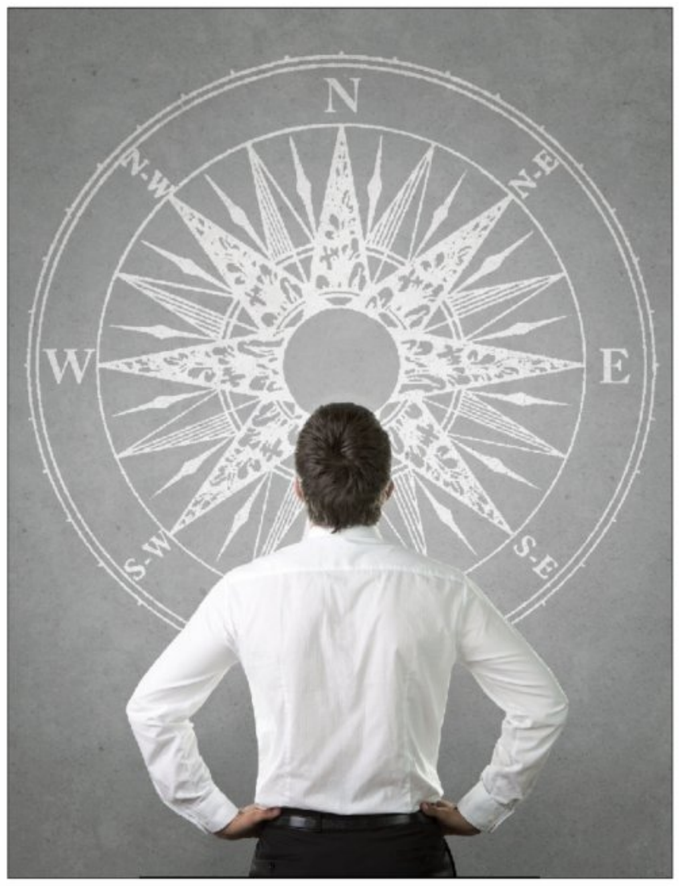
FGV IBRE

O ajuste da economia brasileira em 2015

Fernando de Holanda Barbosa
Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV

Os dados divulgados pelo IBGE do crescimento do PIB brasileiro no primeiro trimestre deste ano produziram uma revisão, pelo mercado no Boletim Focus do Banco Central do Brasil, da projeção do PIB para este ano para algo próximo de 1,2%. Em 2011, 2012 e 2013 o Brasil cresceu 2,73%, 1,0% e 2,3%, respectivamente. A taxa de crescimento da economia no governo da presidente Dilma será, então, igual a 7,6%. A taxa anualizada para o período 2011/14 será um pouco abaixo de 1,9%. A taxa anualizada dos dois períodos do presidente Lula foi igual a 4,0%.

Comparando-se os dois governos, do presidente Lula e da presidente Dilma, o Brasil deixou de crescer 2% a cada ano. Para que se tenha uma ideia do que este número representa, admita-se que o PIB *per capita* brasileiro em dólares, medido pela paridade do poder de compra, seja 12 mil dólares e a população 200 milhões de pessoas. Fazendo-se as contas da perda de PIB a cada ano do governo Dilma (0,02x12000x200000000) chega-se a um valor de 48 bilhões de dólares, ou seja, quatro bilhões de



dólares por mês. Segundo dados divulgados pela imprensa, a Copa do Mundo teria custado cerca de 12 bilhões de dólares, que equivale a três meses do PIB que deixou de ser produzido. Em termos relativos, a Copa do Mundo custou muito pouco. O fato mais importante desses números é que o Brasil tem de correr atrás do prejuízo.

O cenário político da campanha presidencial já está definido com três candidatos que disputam efetivamente o cargo de presidente. A presidente Dilma que tenta a reeleição, o senador Aécio Neves e o ex-governador Eduardo Campos. Quem for eleito terá que fazer uma mudança de rota na política econômica para que o Brasil volte a crescer a uma taxa de pelo menos 4,0% ao ano. Isso significa dizer que 2015 será um ano de ajuste da economia brasileira. Como diz o ditado popular é impossível fazer uma omelete sem quebrar os ovos.

A técnica da contabilidade do crescimento econômico indica que a principal fonte para explicar a redução do crescimento econômico no governo Dilma foi o crescimento zero da produtividade total dos fatores de produção. De um ponto de vista técnico não é fácil identificar as causas que estão por trás desse fenômeno. Todavia, a intervenção casuística na economia, com pacotes de política econômica do tipo apaga incêndio, gera incertezas, destrói a credibilidade da política econômica e cria um ambiente refratário ao investimento. O governo não pode anunciar metas e deixá-las de cumprir, como acontece, por exemplo, com a política monetária, com a inflação rodando um pouco acima de 6,0%, enquanto o centro da meta é 4,5%.

A contabilidade criativa da política fiscal não engana ninguém, apenas destrói a credibilidade do governo.

Na política monetária, o ajuste de 2015 terá que ser feito ou mudando-se o centro da meta ou trazendo a economia para o centro da meta. Na política cambial, o Banco Central terá que abandonar a política de controle sistemático do câmbio e adotar o sistema de flutuação suja, no qual as intervenções no mercado de câmbio são esporádicas e pontuais. E na política de combate de inflação, tem-se que voltar ao sistema de metas de inflação que prescinde de controle de preços, que nunca deu certo desde os tempos do imperador Diocleciano no Império Romano.

A parte mais difícil do ajuste de 2015 consiste na mudança da política fiscal. Para que o Brasil volte a crescer a taxas anuais de 4%, é preciso que o governo aumente o investimento em infraestrutura e aumente sua taxa de poupança. O aumento da taxa de poupança da economia implica uma redução do déficit nominal e aumento do superávit primário. Esse aumento da taxa de poupança doméstica mata dois coelhos de uma só cajadada, contribui para o crescimento e ajuda a resolver o problema crônico da apreciação da nossa taxa cambial. O aumento do investimento em infraestrutura requer uma diminuição dos gastos de consumo do governo, preservando os gastos com os programas sociais, do tipo Bolsa Família. Quem for eleito certamente terá o capital político para fazer as mudanças no primeiro ano de seu governo. O custo do ajuste será pago nos anos seguintes com um novo ciclo virtuoso de crescimento econômico e justiça social.

> Quem for eleito terá que fazer uma mudança de rota na política econômica para que o Brasil volte a crescer a uma taxa de pelo menos 4,0% ao ano

CONJUNTURA ECONÔMICA

Assinaturas e renovações

conjunturaeconomica@fgv.br

Rio de Janeiro:
(21) 3799-6844

Outros estados:
08000-25-7788 (ligação gratuita)

ARGENTINA

No limbo

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

O fracasso da última reunião de negociação do governo argentino com os *holdouts* no final de julho, em Nova York, abriu espaço para uma deterioração ainda maior da situação econômica do país. Estimativas de mercado, que para este ano apontavam crescimento nulo ou negativo e inflação acima dos 30% antes mesmo do anúncio de estado de calote, agora calculam que o saldo negativo no PIB da Argentina para 2014 poderá superar os 3%. "Não sabemos o que será possível fazer para estimular a atividade e o consumo em um cenário ainda mais inseguro, e com eleições à vista", diz Enrique Dentice, coordenador do Centro de Pesquisa e Medição Econômica da Universidade Nacional de San Martín (Unsam).

Dentice lembra que as principais iniciativas governamentais para aquecer a demanda doméstica e setores intensivos em mão de obra não têm alcançado sucesso já há algum tempo. Um dos exemplos é o Certificado de Depósito de Investimento (Cedin), criado no ano passado para impulsionar o setor imobiliário e da construção com o uso de dólares não declarados. Com a iniciativa, o governo esperava engordar sua reserva de dólares em US$ 4 bilhões, mas, segundo o mercado, a iniciativa alcançou apenas 15% do resultado esperado. "O programa de crédito subsidiado para compra de carros montados no país lançado em junho tampouco demonstrou grande adesão. Chegamos a ter um crescimento expressivo na compra de aparelhos de TV para a Copa do Mundo, mas são espasmos de consumo", afirma.

O economista Bernardo Kossacoff, professor da Universidade Torcuato di Tella, afirma que as restrições externas ao financiamento provocadas pelo fracasso das negociações também põem em dúvida o sucesso da gestão de projetos de investimento em que o governo buscava avançar para reativar a economia. "O pagamento da Repsol e o acordo com o Clube de Paris eram passos nessa direção. Agora já não sabemos como ficarão os recursos para capitalizar a YPF à exploração de reservas não convencionais, o financiamento para três ou quatro províncias maiores que precisavam de ajuda para fechar a conta, e até o aporte na rede 4G da telefonia móvel", exemplifica.

Tais iniciativas, segundo Kossacoff, eram importantes ao esforço do governo de Cristina Kirschner para amenizar o cenário macroeconômico e transitar com menos dificuldades até o final de seu governo,

em 2015. "O país tem potencial de crescimento em várias áreas, mas a estrutura produtiva argentina conta com forte participação de empresas transnacionais sensíveis a esse cenário de incerteza, o que provavelmente implicará que as decisões de investimento só serão tomadas com o quadro eleitoral mais claro", diz. O economista lembra que, para 2015, o governo ainda terá que enfrentar um cenário difícil na balança comercial, com a expectativa de redução do preço da soja do nível de US$ 530 este ano para abaixo de US$ 400, o que também deverá implicar queda de produção entre os agricultores de menor porte. "Com isso, poderemos ter uma perda de US$ 5 bilhões em exportações", afirma.

Lia Valls, pesquisadora da área de Economia Aplicada da FGV/IBRE, destaca que a situação do país vizinho, entretanto, está longe de ser comparada com a da moratória de 2001. "Naquele período o país chegou a perder 20% do PIB em quatro anos", lembra, completando que o fechamento nesses últimos 13 anos do país ao mercado financeiro tampouco dá margem a um contágio. Do ponto de vista comercial, entretanto, a maior retração do consumo na Argentina já se reflete nas exportações brasileiras. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações brasileiras ao país registraram redução de 33,5% em julho. Mesmo com a entrada em vigor do acordo automotivo entre os países, as vendas de automóveis caíram 57,6% no mês, e as de autopeças, 34,6%. No acumulado de janeiro a julho as quedas foram de, respectivamente, 36% e 29%. "As vendas do setor automobilístico brasileiro à Argentina representam 85% do total exportado. Vai sobrar carro, pois o Brasil não é suficientemente competitivo para escoar essa produção a outros mercados, dependendo do benefício tarifário", diz Mario Marconini, diretor de Negociações Internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

> As principais iniciativas governamentais para aquecer a demanda doméstica e setores intensivos em mão de obra não têm alcançado sucesso já há algum tempo

Marconini destaca que essa piora do cenário implica ainda aumento de restrições ao comércio. "Já havia a aplicação da Declaração Juramentada Antecipada de Importação (DJAI) — obriga as empresas argentinas a pedir autorização prévia do governo a suas importações em praticamente todas as operações —, e agora tem a Instrução Geral 959/2014, impondo novos controles para autorizar as importações declaradas, que podem demorar cerca de 10 dias úteis e, em caso de encontrarem irregularidades, até 70, com bloqueio total dos produtos", diz.

Além da restrição dos intercâmbios, observa Marconini, um acirramento dessas medidas poderia dar um sinal negativo ao mercado internacional quanto às intenções do Mercosul em ampliar a abertura comercial. "O *default* (calote) não é determinante, mas realça um cenário de restrições que já leva anos. Essa situação contribui para a percepção de que temos problemas entre nós, pois não podemos ter um comércio pautado dessa forma, sobretudo quando se trata de um parceiro comercial preferencial", avalia.

Efeito calote

	2011	2012	2013	2014 (pré-crise)	2014 (com *default*)	2015 (pré-crise)	2015 (com *default*)
PIB real (% ano)	6,8	0,9	3,0	-1	-3	1,0	-0,5
Inflação (% ano)	23	24	27,5	34,5	41	26,4	24,1
Câmbio (peso/dólar)	4,31	4,89	6,33	9,4	10,89	11,96	13,07

Fonte: Abeceb.

FGV IBRE

CONJUNTURA ECONÔMICA

PARALELOS HISTÓRICOS

INSERÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

Veja outras edições da Conjuntura Econômica que abordaram o tema CADEIAS GLOBAIS DE VALOR.
São mais de 700 números disponíveis para consulta.
Desenvolva sua própria busca obtendo resultados em segundos.

www.fgv.br/ibre/bibliotecavirtual

SUGESTÃO DE PESQUISA

As Cadeias Globais de Valor têm sido destacadas como a nova tendência da configuração produtiva mundial. Desde fevereiro de 2013, artigos da Conjuntura Econômica abordam a posição do Brasil nesta cadeia.

Pesquise por: Cadeias Globais de Valor

COMO PESQUISAR:

Nessas sugestões de pesquisas, as palavras indicadas no parágrafo "Pesquise por:" devem ser digitadas na página de "Pesquisa Livre" no "passo 1" mostrado aqui à direita, ou se preferir diretamente no campo de busca dentro da ferramenta de pesquisa (DocReader), como vemos também ao lado, no passo 3.
Para uma pesquisa mais ágil e eficaz, assista aos vídeos de orientação disponíveis na "ajuda" localizada no site ou no DocReader.

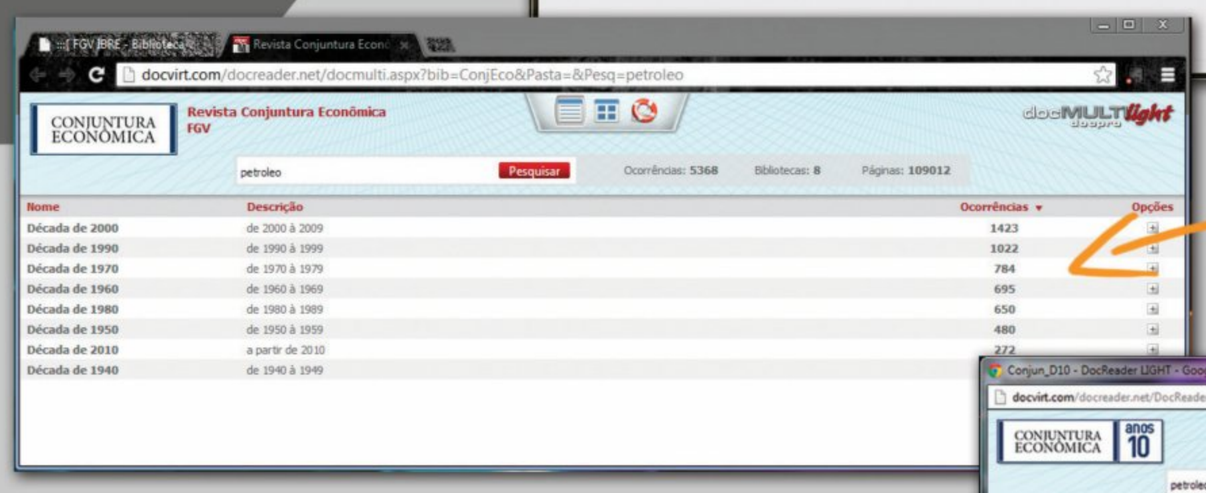
Powered by: docpro

PESQUISE LIVREMENTE...

...em mais de 700 edições da revista, (exceto a edição em banca e as 2 anteriores) de forma rápida e simples, em apenas 3 passos.

1 Acesse a página de pesquisa pelo portal IBRE ou diretamente pelo link www.fgv.br / ibre / bibliotecavirtual

2 Escolha o período e digite as palavras que deseja pesquisar.



2b Na tela inicial, caso tenha escolhido TODOS os períodos escolha agora um deles para filtrar os resultados.

3 O resultado da sua busca aparece com as palavras da pesquisa destacadas em verde. O mesmo destaque aparece nas demas ocorrências das páginas do acervo.

VOCÊ PODE
ter estes recursos disponíveis em seus documentos!

Acesse agora www.docpro.com.br e veja como é simples e rápido encontrar a informação que precisa, dentro dos seus documentos. Excelente para acervos privados ou públicos, tanto de uso interno como na Web. Acessível para consulta no computador, tablet ou smartphone. Surpreenda-se com as possibilidades, inclusive de obter receita extra.

SEMINÁRIO

Jogo tem que ser jogado

Kalinka Iaquinto, do Rio de Janeiro

As eleições presidenciais batem às portas dos brasileiros, mas, ao que parece, nada está definido. O cenário, defendem especialistas, pode mudar completamente nos próximos meses, período de campanha efetiva. "No fundo o que conta são as incógnitas. O que não sabemos é o que vai definir essa eleição", avalia Sergio Abranches, cientista político da Ecopolítica, referindo-se ao que o presidente eleito, de fato, fará e também à composição partidária que dominará o Congresso Nacional, especialmente a Câmara dos Deputados. Some-se a isso a insatisfação que o brasileiro vem manifestando de forma difusa desde o ano passado, traduzida pelos atos de junho, e em parte vista por meio de uma recusa aos partidos políticos. Apesar do cenário nebuloso, a maioria dos especialistas defende que as eleições devem ser decididas em segundo turno no qual a candidata da situação, a presidente em exercício, Dilma Rousseff (PT), dividirá a preferência dos eleitores com um dos principais nomes da oposição: Aécio Neves (PSDB) ou Eduardo Campos (PSB).

Diante desse panorama, é importante avaliar os rumos políticos e eleitorais sob o ponto de vista das coalizões formadas em âmbito estadual e nacional. Carlos Pereira, professor titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV/Ebape), afirma que as coalizões partidárias presidencialistas são extremamente importantes, especialmente após o resultado do pleito: "Quanto maior a coalizão, quanto maior o número de partidos políticos com poder de veto sobre as iniciativas do governo, mais dificuldade o presidente vai ter para coordenar essa coalizão e, consequentemente, maiores os custos governativos e menores as taxas de sucesso dentro do Legislativo".

> "O panorama político vai voltar a ser pautado pelos partidos e pelas eleições. Ele voltará a ser dirigido pela decisão de voto"
>
> **Fabiano Santos**

Segundo estudo de Pereira, que comparou as coligações desde Fernando Collor de Mello até a atual gestão, três são os itens fundamentais para determinar o maior ou menor apoio dos presidentes da República junto aos parlamentares: o tamanho da coalizão, a heterogeneidade ou homogeneidade ideológica dessas coligações, e a quantidade de poder que o presidente decide partilhar com seus parceiros. Observando-se apenas os dois últimos presidentes, nota-se uma queda gritante nesse aspecto. "Dilma, ao preferir uma coalizão desproporcional, privilegiando seu partido em detrimento de outros, tem baixa taxa de apoio se comparada a Lula", ressalta. E emenda ao comparar gastos do Executivo e o apoio do Congresso: "Nem sempre gastar mais gera maior apoio. Se não se monta uma coalizão enxuta, ideologicamente consistente e com poder compartilhado, o gasto não vai ser efetivo".

Paralelo a isso, tem-se uma gama de itens a serem avaliados. De que maneira os impactos das manifestações de junho podem ou não influenciar as eleições deste ano é um deles. "É difícil dizer se os atos vão realmente afetar o resultado eleitoral. A população, que antes estava insatisfeita, pode refletir agora sobre a situação do país e não entender a oposição como uma alternativa à gestão atual", analisa Márcio Grijó Vilarouca, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV/EPGE), que desenvolve a pesquisa #NãoMeRepresenta, sobre o perfil dos manifestantes.

Fabiano Santos, pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj), diz-se cético em relação aos impactos das manifestações. "O panorama político vai voltar a ser pautado pelos partidos e pelas eleições. Ele voltará a ser dirigido pela decisão de voto", avalia. Na opinião dele, duas são as razões para isso: a inconsistência ou o caráter contraditório dos atos — podiam-se ver em um mesmo local, pessoas defendendo bandeiras opostas — e o perfil antidemocrático e violento das manifestações. "Definitivamente as pessoas mais mobilizadas e interessadas em manter a pressão adotavam e aderiram a um estilo de manifestação e de intervenção política antidemocrática e isso acabou alienando boa parte das pessoas que estreavam na política ou retomavam seus ânimos para a participação", destaca. E complementa: a geração hoje à frente dos vários processos políticos e decisórios fez a transição política, ou seja, tem a memória do que é conviver com um cenário não democrático.

Fato é que pesa para o cenário político e, consequentemente, eleitoral, a combinação de algumas variantes: a popularidade dos candidatos, a avaliação do governo atual e o desempenho econômico do país, especialmente no que diz respeito à inflação e ao crescimento. Alexandre Rands, presidente da Datamétrica Consultoria, Pesquisa

#NãoMeRepresenta

"Acredito que ainda há falta de educação política entre os manifestantes e isso minimiza o impacto nas eleições", afirma Márcio Grijó Vilarouca, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV/EPGE). O professor critica o modo como as pessoas veem o espaço político já que na pesquisa que coordena — #NãoMeRepresenta —, os jovens entrevistados apresentaram uma visão negativa sobre a ação do sistema representativo. "A maioria entende a política institucional como espaço de contaminação, no qual todos são passíveis de corrupção", pondera e, ao mesmo tempo, observa: "Uma coisa interessante é que a maioria ressalta que a corrupção não está presente apenas na política institucional, está presente também na sociedade. Então não é só a sociedade criticando o sistema representativo, mas também está fazendo uma reflexão a si mesma".

A pesquisa buscou analisar as impressões de 28 pessoas presentes ao ato ocorrido no dia 20 de junho de 2013, na avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro (foto). O perfil encontrado foi de jovens, com média de idade de 23 anos, e com nível superior. Entre eles, metade tinha participação prévia em manifestações políticas e a outra metade participava de uma ação assim pela primeira vez. Entre as pessoas que nunca haviam participado de atos políticos, nota-se a falta de conhecimento sobre o assunto e o uso de temas muito genéricos como "basta à corrupção" ou "o gigante acordou". "Eles também apresentavam uma interpretação um pouco conservadora da manifestação, ou seja, achavam que todo mundo presente compartilhava da mesma opinião, que tinha os mesmos objetivos. Além disso, dentro desse grupo, havia um subgrupo que rejeitava a presença dos partidos políticos nos atos", afirma.

Foto: Antonio Scorza/Shutterstock.com.

e Telemarketing, ressalta que, analisando-se as pesquisas passadas, o desempenho dos candidatos é composto pela credibilidade, pela imagem ideológica e pelas prioridades da população. "O que se conformar com a maioria é que vai vencer as eleições", diz. Segundo ele, o equilíbrio também é importante. "Quanto mais em desequilíbrio a campanha estiver, mais mudança vai haver. Uma situação que começa em equilíbrio forte, tende a ter eleição estável. Quem vence uma eleição é o discurso, a visão do candidato. Não é marqueteiro, poder econômico e nem propaganda, ainda que elas afetem, mas o que afeta muito é a aceitação que o candidato tem na comunidade", conclui.

Mais que isso, especula-se quais as consequências do resultado das urnas para a política fiscal. Octavio Amorim Netto, professor da Ebape, desenha cenários otimistas e pessimistas para outubro, considerando os três principais candidatos: Dilma Rousseff, Aécio Neves e Eduardo Campos. "Não é um exercício simples porque tenho que fazer uma série de suposições sobre a composição do futuro Congresso, algo sobre o que os analistas pouco falam", pondera.

Para Dilma Rousseff, o cenário positivo seria vencer no primeiro turno ou ganhar com folga no segundo. "Se ela ganhar bem pode reivindicar para si uma série de ativos que não teve em 2010. Por exemplo: autonomia em relação a seu principal aliado político, o ex-presidente Lula. Outro elemento importante é o PT ter êxito em seu projeto de ser o maior partido tanto no Senado quanto na Câmara e conseguir o Executivo de um dos estados do Sudeste", pondera ao ressaltar que economicamente isso poderia manter a atual política, ou seja, o ajuste fiscal seria superficial. O cenário pessimista seria vencer no segundo turno por uma margem pequena em relação ao candidato opositor. "Isso significa que Dilma teria mandato político reduzido. Outra coisa seria o PT não obter a liderança nas duas casas e não conseguir eleger nenhum governador do Sudeste", diz.

> "Claramente acho que não vai ser uma eleição igual às outras porque o Brasil não é igual ao das outras eleições"
>
> **Sergio Abranches**

Para o candidato tucano o cenário positivo passaria por ganhar no segundo turno com margem razoável para poder reivindicar para si um mandato político que lhe permita fazer amplas mudanças. "Outro elemento fundamental é que o PSDB tem de crescer consideravelmente no Congresso", ressalta ao acrescentar que o candidato teria de montar uma ampla e majoritária coalizão governativa. O cenário pessimista, destaca, seria vencer no segundo turno por uma pequena diferença, com o PSDB e o DEM tendo um bom desempenho na Câmara. Além disso, o PSDB poderia perder um dos principais governos do Sudeste e Eduardo Campos optaria por ir para a oposição em vez de apoiar Aécio. "Teria de chamar o PMDB, com o qual ele tem excelentes ligações", analisa. Amorim Netto observa que o governo teria uma cara conservadora, inclinado à direita, com capital político relativamente reduzido. "O que para o Aécio, um exímio operador político, significaria grandes riscos do ponto de vista da aplicação de seu choque de credibilidade, de um ajuste fiscal profundo ou de uma política econômica bastante austera", diz.

Já para o candidato Eduardo Campos, um cenário otimista ocorreria se o candidato ganhar com alguma folga o segundo turno e tivesse o apoio do PSDB, pois o PSB é um partido pequeno, assim como a cooperação do PT. "Caso logre formar um governo majoritário, aí Campos terá o lastro para cumprir a promessa que está lá no seu programa, numa enorme entrevista que seus assessores deram e que promete uma política econômica que enfatizará o planejamento de longo prazo, com metas plurianuais para a inflação e o superávit primário", afirma Netto. O cenário pessimista é, sem dúvidas, o pior de todos. Nele Campos ganharia a eleição no segundo turno de maneira apertada, não obteria apoio do PMDB, do PT e nem do PSDB. "Vai para um governo minoritário, e a gente sabe que na história brasileira todo presidente minoritário acabou mal, com exceção do Lula em seu primeiro mandato", conclui.

Jairo Nicolau, cientista político e professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), destaca que, com base nas pesquisas de opinião disponíveis — em especial Ibope e Datafolha —, pode-se observar que nos governos do PT há sempre uma diferença para menos nos percentuais verificados pelas sondagens e a votação de fato. "Quem vai ganhar eu não sei, mas a probabilidade de ter segundo turno é muito grande", diz ao observar que as abstenções têm mais a ver com problemas de cadastro — muitas pessoas, especialmente de classes sociais mais baixas, não têm total conhecimento da dinâmica de votação pela urna eletrônica —, que de decisão de voto.

O cientista estima que, tomando por base as principais regiões eleitorais, o PT deverá ter vantagem nas costumeiras: Nordeste e Rio de Janeiro, perdendo, ainda que por pouca diferença, em Minas Gerais — que votaria em Aécio Neves — e em Pernambuco — cuja maioria votaria em Eduardo Campos. Em São Paulo poderia haver um empate entre PT e PSDB. "Isso porque, pela primeira vez, o candidato do PSDB não é de São Paulo", pondera. "Imagino que a Dilma caia, Aécio e Eduardo subam e brancos e nulos fiquem em 7%. Estimo que a Dilma vença no Nordeste por oito milhões de votos. Aécio cresceria se aumentasse sua votação em São Paulo e na Bahia", conclui.

Falar do futuro político do país, apontam os especialistas, é difícil, especialmente por não se ter uma base de dados muito sólida. Contudo, algumas considerações podem ser feitas. Cesar Zucco, também da Ebape, destaca que se observando 12 países com contextos econômicos parecidos com o Brasil desde a década de 1980, a mioria dos presidentes conseguiram se reeleger ou eleger seus candidatos. "Defendemos que esses governos são afetados por fatores que não dependem do presidente, mas que são influenciados pelas *commodities* e pela taxa de juros norte-americana. Eles influenciam a economia e os eleitores são influenciados pela economia", ilustra. E acrescenta: "Para os eleitores não importa de onde vem o bom desempenho econômico, se é bom eles tendem a votar e apoiar os presidentes, se é ruim, tendem a não votar e aprovar".

Zucco arrisca dizer que neste ano, diante do cenário econômico internacional adverso, não faria muita diferença para a política econômica quem seja o presidente eleito. "Se a Dilma for reeleita penso que ela faria um governo muito mais a Lula, no primeiro mandato, mais centrista e menos esquerda", destaca.

Abranches, da Ecopolítica, ressalta que as condições estruturais domésticas de inflação ascendente, começam a afetar a renda real e isso deve ser sentido nas urnas. "Claramente acho que não vai ser uma eleição igual às outras porque o Brasil não é igual ao das outras eleições. É diferente de si e dos demais países da América Latina", pondera ao explicar que o país nunca foi tão capaz de mostrar mal humor quanto vem demonstrando. E questiona: "É possível governar o Brasil em minoria, sem o PMDB?" A resposta é dada por ele mesmo: "Depende da correlação de forças que se faça no Congresso Nacional e da possibilidade de se montar uma coalizão por fora dos partidos". ■

O retrospecto na América Latina

73 eleições "livres" em **12** países "parecidos" com o Brasil, desde 1980

37% de presidentes elegeram sucessores (27/73)
92% dos que se candidataram, se reelegeram (11/12)

Com contexto internacional semelhante ao atual

60% de presidentes elegeram seus sucessores (9/15)
Todos que se candidataram se reelegeram (5/5)

Fonte: Panorama eleitoral para outubro de 2014 - Cesar Zucco Jr. – FGV/Ebape.

*As opiniões foram emitidas durante o seminário "Eleições 2014 – Panoramas Político e Eleitoral", realizado no dia 25 de julho, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Economia (FGV/IBRE)

FGV IBRE

Pesquisas, Estudos e Indicadores para suporte às decisões táticas e estratégicas do seu negócio.

O Instituto Brasileiro de Economia é a unidade da Fundação Getulio Vargas que analisa e pesquisa a economia, impulsionando e estimulando o desenvolvimento de negócios públicos e privados de todo o país. A instituição customiza serviços conforme a necessidade de cada cliente, e disponibiliza consulta sistemática *on-line* da sua produção estatística em forma de banco de dados.

SERVIÇOS CUSTOMIZADOS

- **Preços de Referência** - suporte às áreas de compras na definição de critérios de fixação de preços de referência;
- **Índice de Preços** - suporte aos reajustes de contratos;
- **Projeções** de variações de preços permitindo viabilizar estratégias relacionadas à dinâmica do mercado;
- **Fórmulas Paramétricas** - suporte à construção de indicadores da evolução de custos em função do comportamento dos preços de insumos;
- **Estudos Especiais** - construção de cenários para planejamentos estratégicos e orçamentos.

SERVIÇOS – BANCOS DE DADOS *ON-LINE*

- **FGV Dados** - banco de dados *on-line* que disponibiliza o Índice Geral de Preços (IGP) bem como sua composição;
- **Monitor da Inflação** - um aliado na análise e previsão dos índices oficiais da inflação;
- **Sondagens Econômicas** - antecipa tendências da Indústria, do Comércio, da Construção, de Serviços e do Consumidor;
- **Setorial Automobilístico** - direcionado para o acompanhamento da dinâmica de preços relacionados à cadeia produtiva específica deste setor.

Fale Conosco: ibre@fgv.br | (21) 3799-6799 | www.fgv.br/ibre

agência3

agência3

O que é liberdade pra você?

MBA FGV
O MBA *on-line*, voltado para quem busca sucesso na carreira e na vida, aliando conhecimento e *networking*.

MBA INTERNACIONAL
Para líderes globais, que buscam evoluir profissionalmente com experiências em diversas unidades espalhadas pelo mundo.

APERFEIÇOAMENTO
Cursos que desenvolvem competências estratégicas, com aplicação imediata no dia a dia do profissional.

ATUALIZAÇÃO
Cursos com duração de 30 e 60 horas, em 14 áreas de conhecimento, focados no mercado de trabalho.

CURSOS GRATUITOS
Iniciativa inovadora da FGV, com cursos em diversas áreas de conhecimento.

Liberdade para você ser uma referência.

FGV ONLINE

fgv.br/fgvonline

agência3

SE “VENCER NA VIDA” FOSSE APENAS SOBRE TRABALHO, A EXPRESSÃO SERIA “VENCER NO TRABALHO”.

O que é ser bem-sucedido?
Para sua carreira, é fazer o MBA
de uma das maiores geradoras
de conteúdo econômico do Brasil.
Para sua vida, é ter sua própria
definição do que é sucesso.

REFERÊNCIA PARA SUA CARREIRA.
REFERÊNCIA PARA SUA VIDA.

MBA FGV

PRESENCIAL • ON LINE • CUSTOMIZADO

www.fgv.br/mba